

CLIPPING



08/11/2019

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

[Aeronáutica muda regra para reitoria do ITA](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Ipea lança centro de pesquisa focado em C&T](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A história e os riscos civilizatórios](#)

[Pacotão do governo pode diminuir jornada de médico e professor e encolher BNDES](#)

[Educação para a equidade de gênero não é ideologia, mas questão de direitos humanos, diz juiz](#)

[Conselho Nacional de Educação aprova formação de professor de 4 anos e foco na prática](#)

[Bolsonaro diz que Enem sem ditadura militar não teve desinformação](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Concorrido](#)

[Prenúncios no Chile](#)

[Jovem armado fere 2 em escola de Minas Gerais](#)

O GLOBO - RJ

[Maia atua nas falhas e omissões](#)

DISCÓRDIA NA EDUCAÇÃO

POLÍTICA CULTURAL GESTO CLARO

Imprensa Estadual

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Reitor da UFRN fala sobre desafios de manter a universidade com cortes](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Pressão faz governo ceder e aportar recursos para bolsas do CNPq](#)

CORREIO 24 HORAS

[Estudantes podem concorrer a prêmio de R\\$ 5 mil; confira como participar](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Estudantes podem concorrer a prêmio de R\\$ 5 mil, confira como participar](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Errei na forma de abordar os reitores, diz secretário do MEC sobre o Future-se](#)

G1

[24% dos municípios não avançaram em índice de qualidade da educação](#)

PODER 360 - DF

[É falso que presidente da UNE estuda ciências sociais há 15 anos](#)

PORTAL ISTOÉ

[Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos](#)

[Ser Educacional tem lucro líquido ajustado de R\\$ 36,2 mi, queda de 18,8%](#)

TERRA

[Enem 2019: entenda como é calculada a nota da prova](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CLIPPING



[Brasileira cria filtro de água sustentável e vence prêmio inédito da ONU](#)

[Bolsonaro : não houve desinformação nas questões de múltipla escolha do Enem](#)

Agências de notícias e sites

AGORAMT

[Prêmio Capes: estudantes podem concorrer a premiação de R\\$ 5 mil](#)

ALAGOAS 24hs

[Estudantes podem concorrer a prêmio de R\\$ 5 mil, confira como participar](#)

DIÁRIO DO AÇO

[Estudantes podem concorrer a prêmio de R\\$ 5 mil, confira como participar](#)

PARANÁ PORTAL

[Prêmio Capes: estudantes podem concorrer a premiação de R\\$ 5 mil](#)

TRIANGULO NOTÍCIAS

[Estudantes podem concorrer a prêmio de R\\$ 5 mil, confira como participar](#)

AGÊNCIA SENADO

[Aprovado ensino à distância para mulheres grávidas ou que amamentam](#)

R7

[Universidades podem oferecer atividades a alunos do fundamental](#)

Agências de notícias e sites

BRASIL DE FATO

[Dez políticas que aprofundaram crise no Brasil em 300 dias de governo Bolsonaro](#)

EM TEMPO ONLINE

[Fapeam : alunos com bolsa de doutorado podem concorrer a intercâmbio](#)

G1

[UFV abre inscrições para concurso público para professor](#)

AGÊNCIA ESTADO

[O futuro da profissão de professor em debate no Brasil](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Secretaria de Cultura foi alocada no Ministério do Turismo após ser rejeitada por MEC e Casa Civil](#)

FOLHA DE CUXÁ

[UEMA abre inscrições para o programa Ciência é 10](#)

PORTAL ISTOÉ

[Faculdade privada que ceder espaço terá bônus](#)

UEMS

[Acadêmica da UEMS/Naviraí é premiada em evento científico](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Faculdade privada que ceder espaço terá bônus](#)

[MEC vai aumentar a nota de universidades privadas que cederem espaço ao governo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Aeronáutica muda regra para reitoria do ITA

Alteração, feita com a seleção já em curso, permite candidatura de ex-reitores e pode beneficiar atual presidente da Capes

BRASÍLIA

Uma alteração nas regras para escolha do reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) pode beneficiar o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, que disputa o cargo. Com o processo

já em andamento, o Comando da Aeronáutica alterou uma portaria de 2015 que previa um intervalo de três anos para que um ex-reitor pudesse se candidatar ao posto.

Anderson Correia foi reitor do ITA de 2016 a janeiro deste ano, quando assumiu a presidência da **Capes**, na gestão do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez. Assim, uma cláusula no artigo 13º da portaria de 16 de dezembro de 2015 impedia sua candidatura por três anos. O edital do pleito para reitor foi publicado em agosto, mas, no último dia 22, o Comando da Aeronáutica editou nova portaria sobre a escolha do gestor, retirando a barreira para ex-reitores.

A medida gerou desconforto no ITA e foi interpretada como um drible na regra do concurso para favorecer o presidente da **Capes**. Além disso, há o temor de que haja um retrocesso no modelo de escolha do reitor, que antes era feito somente por nomeação do Comando. Atualmente, um Comitê de Alto Nível, composto por docentes e pesquisadores, encaminha uma lista tríplice ao Comando da Aeronáutica para nomeação.

Atualmente, além de **Anderson Correia**, há outros quatro candidatos no páreo. Neste momento, eles estão passando por entrevistas do Comitê de Alto Nível. Correia foi entrevistado na última terça-feira.

Em entrevista ao GLOBO, em outubro, questionado sobre sua candidatura à reitoria do ITA, Correia afirmou que trabalha “onde o governo federal estipular”.

A **Capes** afirmou que não cabe a ela se posicionar sobre as decisões de gestão do Comando da Aeronáutica”. O GLOBO entrou em contato com o ITA e a Força Aérea Brasileira, mas não recebeu resposta.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Ipea lança centro de pesquisa focado em C&T

Com 12 pesquisadores, sendo cinco servidores de carreira e sete bolsistas, Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade terá a função de indicar políticas públicas ncom geração de resultados concretos em saúde, educação e sustentabilidade

Depois de o governo ter confirmado a intenção de contingenciar, novamente, os orçamentos dos órgãos de fomento à pesquisa em 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) lançou ontem um novo grupo de estudos sobre ciência. Com 12 pesquisadores, sendo cinco servidores de carreira e sete bolsistas, o recém-nascido Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Ipea terá a função de indicar políticas públicas nessas áreas com geração de resultados concretos em saúde, educação e sustentabilidade.

Os cortes previstos afetam os três principais órgãos de fomento à ciência e inovação: a **Capes**, ligada ao Ministério da Educação, além do CNPq e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ambos sob o guarda-chuva do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/08/ipea-lanca-centro-de-pesquisa-focado-em-c-t.ghtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A história e os riscos civilizatórios

O estudo cuidadoso da história pode nos ajudar a evitar a repetição de erros

Uma das questões do primeiro dia de prova do Enem se referia a Hannah Arendt, pensadora alemã que se debruçou sobre os desafios de seu tempo e tentou entender como pessoas com acesso a uma educação de qualidade puderam perpetrar terríveis atrocidades contra grupos humanos inteiros e fundar propostas de poder em que o ódio organizado ao outro fosse o elemento que desse unidade a uma nação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/11/a-historia-e-os-riscos-civilizatorios.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Pacotão do governo pode diminuir jornada de médico e professor e encolher BNDES

Nas medidas, prevê-se que será possível reduzir em até 25% a jornada

O governo federal não pode tomar empréstimo que não seja para financiar investimentos (em obras, por exemplo). Ou seja, não pode fazer dívida para pagar despesa corrente: salário, aposentadoria, café, papel ou passagem de avião. É o que diz, grosso modo, a “regra de ouro”, já inscrita na Constituição e que tem sido descumprida com autorizações extraordinárias do Congresso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2019/11/pacotao-do-governo-pode-diminuir-jornada-de-medico-e-professor-e-encolher-bndes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Educação para a equidade de gênero não é ideologia, mas questão de direitos humanos, diz juiz

Ariel Nicolai Dias é presidente do Fonavid (fórum de juízes de violência contra a mulher), que realiza encontro pela primeira vez em São Paulo

São Paulo

A educação para a equidade de gênero não é questão de esquerda ou da direita, mas de direitos humanos, diz o juiz Ariel Nicolai Dias, presidente do Fonavid (Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher)

A violência de gênero é alvo do fórum deste ano, em sua 11ª edição (a primeira em São Paulo). Para o juiz, que trabalha na vara de violência doméstica de Foz do Iguaçu (PR), a educação para a equidade de gênero deve ser adotada nas escolas, universidades e instituições públicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/educacao-para-a-equidade-de-genero-nao-e-ideologia-mas-questao-de-direitos-humanos-diz-juiz.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Conselho Nacional de Educação aprova formação de professor de 4 anos e foco na prática

Metade da carga dos cursos deverá ser conectada à Base Nacional Comum Curricular, disposição criticada por especialistas

Brasília

O CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou nesta quinta-feira (7) novas diretrizes para a formação de professores que ampliam a duração dos cursos e estabelecem maior foco em atividades práticas.

Parte dos cursos deverá ser conectada à Base Nacional Comum Curricular, documento que prevê o que os alunos da educação básica devem aprender. Essa disposição, no entanto, é criticada por especialistas, assim como a ausência de um olhar mais cuidadoso para os cursos a distância.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/conselho-nacional-de-educacao-aprova-formacao-de-professor-de-4-anos-e-foco-na-pratica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro diz que Enem sem ditadura militar não teve desinformação

Em transmissão online, ele pediu que as redações dos próximos anos sejam de temas científicos e técnicos

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (7) que as edições anteriores do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que trouxeram questões relativas à ditadura militar (1964-1985), tinham "mentira".

Em transmissão nas redes sociais, ele cumprimentou o Ministério da Educação e disse que não teve participação nenhuma na definição do tema da redação deste ano, que foi sobre democratização do acesso ao cinema no Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/bolsonaro-diz-que-enem-sem-ditadura-militar-nao-teve-desinformacao.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Concorrido

O Mestrado em Direito da Uninove recebe neste sábado, 9, mais de 1.800 candidatos, de todos os 27 Estados do Brasil, para o seu processo seletivo. Trata-se do maior processo do gênero na história do País, de um Mestrado em Direito. A relação é de 56 candidatos por vaga.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Prenúncios no Chile

Em Santiago, recentemente, surpreendi-me quando me disseram que a situação do país estava péssima, renunciando as manifestações que viriam logo depois. Visto por um brasileiro, o Chile é nosso sonho de consumo: a economia crescendo a 3% ao ano, a melhor educação e os menores índices de violência da região, pouca corrupção, uma

redução dramática nos níveis de pobreza e a cidade moderna e vibrante que é Santiago integrada por excelente sistema de metrô. O Chile é uma democracia estável desde a saída de Pinochet, em 1989, e a Concertación de centro-esquerda que governou o país até 2010 investiu fortemente na área social, ao mesmo tempo que manteve grande parte da economia de mercado instituída pelos “Chicago boys” dos anos anteriores.

Claro que nem tudo são sonhos. O Chile ainda depende muito do preço internacional do cobre e o PIB em 2019 não deve crescer muito. A desigualdade ainda é grande, embora menor do que a brasileira. Os custos dos serviços de saúde e medicamentos são altos e o sistema de capitalização das aposentadorias sem garantia de piso não deu certo, deixando a população mais velha, em grande parte, desamparada. O desemprego, ao redor dos 7%, não é alto, mas a informalidade e a precarização crescem.

Os que mais protestam não são os mais velhos ou os mais pobres, mas, sobretudo, jovens estudantes das classes médias, conectados nas redes, inseguros quanto ao futuro e buscando um protagonismo que não conseguem ter. Na Faculdade de Educação aonde fui, o tema do momento eram as ocupações dos prédios feitas por movimentos feministas radicais com demandas extremamente amplas, que iam desde temas ligados à igualdade de gênero, o fim do patriarcalismo e do assédio sexual até temas mais gerais, como o direito a habitação digna para todos e o fim da economia extrativista. E continua viva na memória dos chilenos a “revolta dos pinguins” de 2006 e 2011, estudantes secundários que iam às ruas em manifestações extremamente violentas contra governos de esquerda e de direita, Bachelet e Piñera, não somente contra a educação privada, mas contra a economia de mercado e o regime político como um todo.

Minha apresentação no Chile foi sobre as quatro grandes funções que a educação deveria desempenhar como contribuição para o progresso social: o desenvolvimento da pessoa humana, o fortalecimento da cidadania, o desenvolvimento econômico e a equidade social. Os dois últimos temas têm monopolizado a atenção de governantes e pesquisadores, enquanto os dois primeiros parecem ter caído no esquecimento. Agora que o foco na educação são as competências, que sentido tem ainda dizer que as escolas devem “formar” as pessoas, mens sana in corpore sano, como nos velhos tempos? Quando os modernos Estados nacionais foram criados, nos séculos 18 e 19, a educação pública foi vista como o mecanismo para desenvolver nos cidadãos o sentido de pertencimento à nação, o domínio de uma língua comum e os conhecimentos necessários para viver numa sociedade complexa. Agora que todas as informações estão na internet, a vida social e os valores dos estudantes se estruturam a partir das redes sociais, da música popular e da cultura de juventude, ainda se pode esperar que as escolas desempenhem esses papéis?

Talvez devessem, mas não estão conseguindo, e talvez estejamos esperando da educação mais do que ela possa dar. Christian Cox, educador chileno que se tem dedicado ao tema, mostra como os currículos escolares em quase toda parte estão deixando de lado os temas clássicos de cidadania e coesão social, substituídos por temas locais ou identitários, mas a grande questão é se esses conteúdos, mais tradicionais ou não, de fato são incorporados. No Chile, os importantes avanços medidos pelos testes do Pisa não levaram a um maior consenso entre os estudantes sobre o valor da democracia e as virtudes do modelo econômico e social estabelecido pelos governos desde o fim da ditadura.

Uma das críticas que se fazem à educação no Chile é que a introdução de um amplo sistema de financiamento público da educação privada, por meio de vouchers, que hoje atende a mais da metade da matrícula, junto com a cobrança de anuidades das universidades públicas, teria tornado o acesso à educação mais desigual. A evidência parece mostrar que escolas privadas subsidiadas têm resultados melhores do que as públicas, mas em grande parte porque são mais seletivas, e os resultados escolares continuam dependendo fortemente da condição social das famílias. Com os vouchers as famílias podem escolher aonde mandar os filhos e a grande preferência é pelas escolas privadas, deixando as públicas municipais com os alunos em piores condições, e com muitas dificuldades para melhorar. No ensino superior, um amplo sistema de bolsas, créditos educativos e a política mais recente de garantir gratuidade em qualquer instituição a alunos provenientes de famílias mais pobres tem reduzido o problema da desigualdade de acesso por motivos financeiros.

Há muita semelhança entre as manifestações chilenas de 2019, que começaram contra o aumento do metrô, e as manifestações paulistas de 2013, que começaram contra o aumento dos ônibus: demandas simples que se vão ampliando e dando vazão aos sentimentos de frustração e impotência das pessoas ante uma sociedade e uma economia que proporcionam muito menos do que gostariam. Algumas das demandas podem ser atendidas, mas nunca o suficiente para recuperar completamente a legitimidade recebida pelos governantes nas últimas eleições que disputaram. No Chile ainda há que guardar para ver quais serão as consequências, mas um claro risco é o rompimento do grande consenso construído entre o centro-esquerda e o centro-direita nos últimos 20 anos, que parecia estar levando o país a um patamar de desenvolvimento inédito na região. Se assim for, a democracia sofre, perde legitimidade, e o futuro não se afigura promissor.

*

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

Se vier a se romper o consenso construído nos últimos 20 anos, o futuro não se afigura promissor

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Jovem armado fere 2 em escola de Minas Gerais

ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Dois estudantes foram feridos ontem por arma de fogo e golpes de facão em um ataque a uma escola da zona rural de Caraí, município do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Segundo a Polícia Militar, uma das vítimas levou um tiro no pescoço. A outra foi atingida no braço com o facão.

Ambos os feridos foram levados para o hospital do município vizinho de Padre Paraíso. O agressor, um adolescente de 17 anos, foi apreendido. De acordo com o tenente-coronel Fábio Marinho, do 19.º Batalhão da Polícia Militar, em Teófilo Otoni, responsável pelo policiamento em Caraí, o adolescente pulou o muro da Escola Estadual Orlando Tavares, no distrito de Ponto do Marambaia, armado com uma garrucha, um facão e uma réplica de arma de fogo.

Em seguida, tentou invadir uma sala do primeiro ano do ensino médio. A intenção era

tirar satisfações com duas garotas que teriam se negado a se relacionar com ele. Ao se aproximar da entrada da sala, a professora e um aluno fecharam a porta. O invasor disparou. O tiro atravessou a porta e acertou o pescoço do aluno. Na saída, o adolescente desferiu um golpe de facão contra um aluno da escola que estava no pátio.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

Maia atua nas falhas e omissões

Maia vai impedir mineração em terra indígena, quer ouvir artistas sobre censura e chama de inacreditável a postura do governo sobre a Argentina

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, vai arquivar o projeto do governo para mineração em terra indígena, acha “inacreditável” a moção de repúdio aprovada pela comissão presidida por Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) contra o presidente eleito da Argentina e diz que preservar o meio ambiente é a forma de proteger a economia. Ele recebeu bem o conjunto de reformas econômicas, mas diz que a proposta que tramita na Câmara do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) é melhor do que a PEC Emergencial.

Perguntei a ele, em entrevista na Globonews, qual é o limite do protagonismo do Legislativo no presidencialismo. Ele respondeu que governo não é só o Executivo, e que o Congresso também é um dos poderes e tem prerrogativas:

—É claro que os limites vão sendo dados um pelo outro. Se um fica muito forte, o outro poder vem e equilibra. Apolítica tem que ser feita de forma equilibrada entre Câmara, Senado, Executivo, nos limites dados pelo Supremo. Se não é prerrogativa exclusiva do Executivo, o Legislativo pode ter protagonismo.

Nas ausências e falhas do governo, o presidente da Câmara tem atuado. E quando o governo, na avaliação dele, acerta, o presidente da Câmara o apoia. É assim com as propostas de reforma econômica que chegaram esta semana ao Senado.

—Os projetos são bons, mas a PEC Emergencial poderia ser mais robustas e tivesse sido usada na largada a pro postado deputado Pedro Paulo, que construímos ainda na legislatura passada. Seriam R\$ 100 bilhões. Isso facilitaria também a negociação, porque mesmo coma redução permitiria uma ótima economia. A PEC do Pacto repete um pouco a ideia dos gatilhos e tema PEC dos Fundos. Sem dúvida vai na linha correta, porque o governo tem que controlar seus gastos correntes. Não é possível que o Brasil, que na década de 90 tinha quase 30% do seu orçamento em despesas de capital (investimentos), só tenha hoje menos de 1%, e ainda com déficit.

Ele não acha preocupante a junção das rubricas de educação e saúde. Perguntei sobre o temor de que vá mais para saúde, por causa das emergências, e menos para educação, que é investimento de longo prazo. Ele acha que seria preocupante se o governo tivesse mantido a ideia inicial de incluir os inativos na conta, porque isso reduziria o gasto social.

Maia está organizando uma pauta social na Câmara. Os trabalhos têm sido conduzidos pela deputada Tábata Amaral (PDT-SP). Perguntei se ele fez isso para tentar mudar a atitude do governo em relação ao assunto. Ele disse que não, que tomou essa iniciativa porque ela é urgente, a pobreza está aumentando no Brasil, e o Congresso tem a vantagem de reunir aparte vencedora e a parte vencida nas eleições, a sociedade está mais bem representada:

—A principal peça democrática é o Orçamento, a aplicação dos recursos, e a partir do próximo ano vamos ter uma mudança profunda: o Orçamento passa a ser impositivo. O governo manda as suas prioridades, quem ratifica ou retifica somos nós.

Sobre a reforma tributária que está tramitando na Câmara, ele adiantou que ela não ficará restrita aos impostos indiretos sobre bens e serviços. Que deverá tratar do Imposto de Renda também.

Maia define como “narrativas” as declarações autoritárias do governo, feitas com muita frequência, e diz que em breve o governo vai perceber que, mesmo aprovando as reformas, os investidores podem se afastar por causa das falas autoritárias e antiambientais do governo. Chamou de inaceitáveis as declarações feitas frequentemente pelo ministro do Meio Ambiente. Eu perguntei como ele receberia a proposta que o ministro das Minas e Energia fez sobre mineração em terra indígena:

—Recebo e arquivo, recebo e arquivo. A gente não pode usar o argumento de que está havendo mineração ilegal para liberar a mineração em terra indígena. Vamos acabar com a mineração e o garimpo ilegais. Vamos fiscalizar e coibir os atos ilícitos. Depois disso vamos dialogar com as comunidades indígenas.

O deputado disse que vai se reunir com produtores culturais para ouvi-los sobre os constantes sinais de censura. Definiu como histórico o documento assinado por ele com os líderes em defesa da ciência. E disse que é “inacreditável” ter uma moção de repúdio da Comissão de Relações Exteriores da Câmara contra o presidente da Argentina, “eleito de forma legítima”. Na visão dele: “não podemos tratar a Argentina desse jeito.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE DISCÓRDIA NA EDUCAÇÃO

Após anunciar fim, Escola Sem Partido recebe doação, e projetos de lei avançam pelo país

O anúncio de que suspenderia as atividades em 1º de agosto rendeu a Miguel Nagib, criador do movimento Escola Sem Partido (ESP), um financiador para manter as atividades do grupo. O nome do apoiador é mantido em sigilo. De 2014 até agosto, já foram protocolados 121 projetos do tipo em câmaras legislativas municipais e estaduais do país.

O levantamento foi feito na base de dados da Frente Nacional Escola Sem Mordança, que acompanha o andamento desses projetos. Os dados mais recentes são de agosto.

— Não chegamos a paralisar as nossas atividades. Logo após o aviso, já apareceu a ajuda —afirma Nagib.

Com o aporte financeiro, o ESP alugou uma sala comercial e contratou quatro funcionários. Entre eles, Nagib.

— Revelar o nome do financiador não depende de mim. Depende da pessoa que está nos ajudando. Ela tem todo o direito de permanecer anônima —defende ele.

Questionado se o doador era político, Nagib negou.

CONQUISTA EM BH

Além de financiamento, o Escola Sem Partido deu outro passo importante: nunca esteve tão perto de passar uma lei em uma capital.

A Câmara de Vereadores de Belo Horizonte aprovou um projeto de lei (PL) do ESP em primeiro turno no dia 14 de outubro. O texto segue o modelo padrão (veja quadro nesta página).

Agora, o PL voltou para as comissões para análise das emendas. Ainda é necessária votação do plenário em segundo

turno. Se aprovado novamente, irá para sanção do prefeito. Atualmente, os professores municipais da cidade estão em greve. Um dos motivos é a tramitação do projeto.

Sob a defesa da neutralidade política e religiosa do estado, seus defensores apoiam a proibição de discussões como transexualidade, homofobia e violência contra a mulher.

“Liberdade de ensinar — assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal — não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente”, afirma a justificativa para o PL de Belo Horizonte, apresentado por 21 vereadores.

Adversários da ideia consideram que ela é uma espécie de censura prévia, fere a autonomia

do professor e impede o debate em sala de aula. Em decisão liminar, que suspendeu lei semelhante aprovada na Assembleia Legislativa de Alagoas, o ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), escreveu que “só pode provocar o pensamento crítico quem pode igualmente proferir um pensamento crítico”.

O magistrado continua:

“Para que a educação seja um instrumento de emancipação, é preciso ampliar o universo informacional e cultural do aluno, e não reduzi-lo, com a supressão de conteúdos políticos ou filosóficos, a pretexto de ser o estudante um ser ‘vulnerável’. O excesso de proteção não emancipa, o excesso de proteção infantiliza”.

A análise do plenário do

STF estava marcada para novembro do ano passado, mas foi adiada indefinidamente pelo presidente da Corte, Dias Toffoli.

A ideia ganhou força nos últimos três anos. Em 2016, a pesquisadora Fernanda Moura, da Frente Nacional Escola Sem Mordada, identificou, para sua dissertação, apenas 60 propostas de lei do ESP. Na conta, também estão projetos que apenas tentam barrar a discussão sobre gênero — um dos artigos do Escola Sem Partido. Atualmente, essa soma chega a 250 PLs.

—Nas capitais, a tramitação vai mais devagar por conta da resistência dos professores. Em Belo Horizonte também teve mobilização, mas conseguiram aprovar em uma sessão de portas fechadas e agressiva —afirma Moura.

OBJETIVO POLÍTICO

A pesquisadora diz que os autores das propostas se beneficiam politicamente da tramitação longa:

— Para alguns políticos autores das propostas, é até melhor que os projetos não sejam aprovados. Essa é uma forma de manter o medo geral e conseguir angariar eleitores. Ou seja, cria o pânico moral, faz dessa a principal plataforma política e gera o inimigo (os professores) que doutrina. Para eles, mais vale não aprovar. Depois de aprovado, se não for município muito pequeno, acabam contestando na Justiça e geralmente cai. Aí o político fica desmoralizado.

A expectativa de Miguel Nagib é que o projeto tramite na Câmara dos Deputados a partir do primeiro semestre de 2020. A discussão, no entanto, encontra resistência e, se aprovada, pode chegar o STF.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO POLÍTICA CULTURAL GESTO CLARO

AO COLOCAR no comando da Cultura o dramaturgo Roberto Alvim, que atacou Fernanda Montenegro, Bolsonaro radicaliza no viés conservador para a área, avaliam ex-ministros. No mesmo dia, secretaria é transferida do Ministério da Cidadania para o do Turismo
Brasília e Rio

Após um dia de novidades e especulações na área cultural, que começou com transferência da Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Turismo, o novo titular da pasta foi anunciado no fim da tarde de ontem. O substituto do economista Ricardo Braga, exonerado na segunda-feira e nomeado para ocupar um cargo de segundo escalão do MEC, é o dramaturgo Roberto Alvim, que até então era diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte.

Integrante do governo desde junho, quando conclamou “artistas conservadores” para criar “uma máquina de guerra cultural”, Alvim se tornou nacionalmente conhecido em setembro ao chamar a atriz Fernanda Montenegro, de 90 anos, de “sórdida” e “mentirosa” em suas redes sociais. As postagens foram motivadas pela divulgação de uma foto na edição de outubro da revista literária “Quatro cinco um”, em que a atriz é retratada como uma bruxa prestes a ser queimada em uma fogueira com livros, fazendo referência a suspeitas de censura por parte do governo. A atitude do dramaturgo causou reações indignadas da classe artística.

A nomeação, na qual consta seu nome de registro, Roberto Rego Pinheiro, foi publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União, ainda assinada pelo ministro da Cidadania, Osmar Terra, que segue despachando até toda a estrutura administrativa passar para as mãos do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Alvim era um dos nomes cotados para a Secretaria, junto com o exdeputado Marcos Soares, filho do missionário R.R Soares. Marcos, que foi recebido com o pai por Jair Bolsonaro em seu

gabinete ontem à tarde, deve ser indicado para ocupar um cargo na pasta, ainda não divulgado.

‘PORTEIRA FECHADA’

Roberto Alvim se tornou conhecido na cena do teatro alternativo de São Paulo e por dirigir montagens como a adaptação do livro “Leite derramado”, de Chico Buarque. Ele chegou ao governo após relatar nas redes sociais ter sido perseguido por se converter ao cristianismo e por ter declarado apoio a Bolsonaro, com quem mantém um bom relacionamento. Ao comentar a nomeação, o presidente deu a entender que o dramaturgo terá total autonomia na pasta, citando que ele poderá fazer alterações em órgãos como a Biblioteca Nacional, por exemplo.

— Está na mão de um tal de Roberto Alvim. Porteira fechada para ele. A classe artística deve ficar feliz aí, Lei Rouanet, vem muita coisa boa por aí — disse Bolsonaro, em tom irônico.

Mais tarde, em sua live semanal, o presidente voltou a falar das últimas decisões. Disse que a transferência para o Ministério do Turismo aconteceu a pedido de Osmar Terra, cuja pasta “estava sobrecarregada”.

— Ninguém mais do que nós quer uma cultura sadia para o Brasil. Sadia, (quero) deixar bem claro, que atenda os interesses da maioria da população — disse o presidente, que já propôs “filtros” para a área.

Alvim não retornou aos pedidos de entrevista até o fechamento desta edição. Para ex-ministros da Cultura e representantes do setor, as mudanças indicam um recrudescimento da instrumentalização da pasta, contra a qual o presidente e a chamada “ala ideológica” do governo mantêm o tom bélico desde o início do mandato — a Cultura foi rebaixada de ministério para secretaria no dia 2 de janeiro, em um dos primeiros decretos de Bolsonaro.

— É uma tônica deste governo nomear pessoas dispostas a desqualificar o setor pelos quais são responsáveis. É o caso do novo secretário da Cultura, que tem dito continuamente que será responsável por uma guerra ideológica, e que ofendeu um dos maiores ícones das artes brasileiras — diz o deputado federal Marcelo Calero (Cidadania-RJ), ministro da Cultura do governo Temer. — Ele precisa prestar esclarecimentos urgentes ao Congresso Nacional, para dizer se estará no cargo para agregar ou desagregar, como seu comportamento vem demonstrando.

Para o ex-ministro, o setor cultural vai ter que procurar outros interlocutores que não o governo federal, como as secretarias estaduais, o Legislativo e o Judiciário.

— Todas as mudanças acontecem no sentido de colocar as políticas públicas para a área, se é que vão existir, dentro de um espectro olavista, e não para o crescimento do setor — comenta Calero, em referência ao ideólogo Olavo de Carvalho, que é considerado um guru do presidente e admirado por Alvim.

Os decretos de ontem são os últimos capítulos de uma condução conturbada da secretaria, que terá seu terceiro titular em onze meses de governo. Empossado em

janeiro, Henrique Pires foi demitido em agosto, após discordar do cancelamento de edital voltado a filmes com temática LGBT. Na ocasião, Pires afirmou que preferia sair a “bater palma para censura” — mais tarde, o governo foi obrigado pela Justiça a retomar o edital.

Com a demissão de Pires, o economista Ricardo Braga foi alçado ao cargo. O nome foi uma escolha do próprio presidente Bolsonaro, sem passar pelo crivo do ministro da Cidadania, Osmar Terra, cujo nome favorito era o do interino José Paulo Martins, que substituiu Henrique Pires.

‘OBJETIVOS SINÉRGICOS’

O governo já havia cogitado passar a pasta para a CasaCivil e a Educação — segundo fontes de Brasília, a pasta foi dispensada pelos líderes dos dois ministérios por ser vista como um “problema”, por todas as polêmicas ao longo do ano.

Em nota, o ministro do Turismo afirmou que a Cultura está sob sua “total responsabilidade e controle”, e que poderá impulsionar as ações de cultura e turismo, segmentos que, segundo ele, têm objetivos “sinérgicos e naturalmente integrados”. Em outubro, o Ministério Público Eleitoral de Minas Gerais denunciou ele e mais dez pessoas por crimes relacionados à apresentação de candidaturas laranjas do PSL nas eleições de 2018.

Para a ex-senadora Marta Suplicy, que foi titular dos ministérios tanto do Turismo quanto da Cultura em governos do PT —foi ministra do Turismo de 2007 a 2008 e da Cultura entre 2012 a 2014 — as mudanças indicam um desmonte de projetos e ações culturais:

— Bolsonaro já deu reiteradas mostras de desprezo, além de total falta de compreensão do que significa a cultura como identidade de um povo — diz Marta, que no momento está sem cargo e sem partido.

Ministro da Cultura entre 2008 e 2010, durante o governo Lula, e atual presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte(MG), Juca Ferreira vê a transferência como mais um estágio do rebaixamento da pasta:

—Desde o governo Temer há uma tentativa deliberada de extinguir a cultura e as políticas construídas nas últimas décadas para a área. A gravidade desta última mudança é colocar a cultura subalternizada a uma atividade que não lhe é superior.

Último ministro da Cultura antes de a pasta passar a secretaria, no governo Temer, Sérgio Sá Leitão acredita que as duas áreas “devem caminhar juntas, mas não necessariamente na mesma pasta”.

—Não é o ideal, mas se trata de um arranjo melhor do que o anterior, pois há uma evidente convergência entre cultura e turismo. O fundamental é que não haja a subordinação de uma área à outra; e que o governo valorize mais a cultura, respeitando a liberdade de expressão — observa Leitão, que atualmente ocupa a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, no governo de João Dória (PSDB).

Ontem, mesmo após a nomeação de Roberto Alvim para a Secretaria Especial de Cultura, alguns pontos continuaram obscuros em relação às mudanças na pasta para o Ministério do Turismo. O decreto da mudança na estrutura administrativa da Cultura, publicado pela manhã no Diário Oficial, trazia também a transferência do Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e a Comissão do Fundo Nacional de Cultura, órgãos colegiados responsáveis pela formulação das políticas para o setor, e que analisam quais propostas poderão receber recursos públicos e incentivos fiscais.

Outros pontos, contudo, não ficaram claros, como a transferência de seis secretarias vinculadas ao órgão para o Turismo, sem citar quais são elas. Estão ligadas à pasta secretarias como a de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), responsável pela aplicação da Lei de Incentivo à Cultura (antiga Lei Rouanet); e a Secretaria do Audiovisual (SAV), responsável por editais de fomento ao audiovisual brasileiro.

Outro hiato do decreto foi não especificar se órgãos vinculados à Secretaria como a Ancine, Funarte, Ibram, Iphan, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e Casa de Rui Barbosa, foram transferidos. Porém, segundo o decreto, as atribuições desses órgãos — como proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e desenvolvimento do setor museal — agora são responsabilidade da pasta do Turismo.

Até a confirmação de Alvim na secretaria, cogitava-se que o dramaturgo poderia deixar o Centro de Artes Cênicas (Ceacen) da Funarte para assumir a presidência, que está sem titular desde a exoneração do pianista Miguel Proença na última segunda-feira. Fontes ligadas à entidade dão como certa a nomeação de Leônidas de Oliveira, ex-diretor executivo que ocupa interinamente a presidência da instituição.

ATO REÚNE EX-MINISTROS

As mudanças no ministério e a nomeação de Alvim para a Secretaria vão ser tema do Ato pela Cultura, Democracia e Liberdade de Expressão, que vai reunir todos os ex-ministros da Cultura dos últimos governos, no dia 11, no Galpão Gamboa. Organizado pela Associação dos

Produtores de Teatro do Rio (APTR) antes dos decretos de ontem, o encontro tem presenças confirmadas de nomes como Francisco Weffort, Gilberto Gil, Juca Ferreira, Ana de Hollanda, Marta Suplicy, Roberto Freire, Sérgio Sá Leitão e do próprio Calero, além do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

— O governo terá mais controle ideológico sobre a Cultura. Agora que o Alvim é o “04” da vez, a pauta comportamental ganha força, em outro ministério — comenta Eduardo Barata, presidente da APTR, se referindo à forma como o presidente Jair

Bolsonaro enumera seus filhos. — O governo ratifica a guerra contra o setor, mas quem está neste front são eles. Nossas armas são apenas as artes e a cultura.

Em sua passagem pelo Centro de Artes Cênicas da Funarte, Alvim colecionou polêmicas além das ofensas a Fernanda Montenegro, como a exoneração de uma servidora que não concordou com o veto ao espetáculo “RES PUBLICA 2023”, que

ocuparia um espaço da Funarte de São Paulo; ou os planos para transformar o Glaucete Rocha, no Centro do Rio, em um “teatro dedicado ao público cristão”.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Reitor da UFRN fala sobre desafios de manter a universidade com cortes

Manter abertas as portas da Universidade e garantir um padrão de excelência de pesquisa, ensino e extensão com orçamentos reduzidos e que não acompanharam o crescimento da instituição nos últimos anos são os principais desafios enfrentados pela Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2019. Há 100 dias à frente da Universidade, o reitor José Daniel Diniz concedeu uma coletiva de imprensa na manhã da última quinta-feira (7) para fazer um balanço dos 100 primeiros dias de gestão. Apesar do orçamento de custeio da Universidade ter sido desbloqueado pelo Governo Federal, a reitoria ainda aguarda a liberação de 50% do orçamento de investimentos, e busca alternativas e parcerias para garantir eventos acadêmicos como a Cientec, principal feira de divulgação científica da Universidade, que não aconteceu em 2019 por falta de recursos.

“Hoje, há um discurso muito forte de que as universidades, diante da situação econômica no país, devem fazer a sua parte e reduzir os custos. Entretanto, se analisarmos os números e a evolução no orçamento, vamos ver que esse esforço já vem sendo feito há anos pelos gestores”, afirma o reitor.

De acordo com os dados dos repasses do Governo Federal às Universidades públicas, apresentado na coletiva, o ano de 2013 foi o último em que o orçamento previsto e o orçamento empenhado pelas instituições foram compatíveis.

Além disso, a partir daquele ano, os valores orçamentários previstos também começaram a cair, a fim de adequarem-se aos repasses reduzidos, atingindo seu ponto mais baixo em 2018, quando a previsão orçamentária era superior a R\$ 6 bilhões. Em anos anteriores, como 2015, por exemplo, a previsão era de R\$ 8,8 bilhões.

Em relação à UFRN, a evolução de despesas com servidores terceirizados, que hoje somam cerca de 1,5 mil, responsáveis por garantir o funcionamento da instituição, da abertura de laboratórios à segurança, permaneceu praticamente estagnada de 2014 a 2018, mesmo com o aumento da área construída na Universidade. “A universidade teve um momento de grande expansão, mas não tivemos um crescimento de orçamento para acompanhá-la. O resultado é que temos um número muito inferior de servidores terceirizados do que seria ideal para dar conta de todas as áreas construídas”, diz o reitor.

Além dos desafios, o reitor apresentou também, no balanço, os principais destaques acadêmicos obtidos pela instituição ao longo de 2019, como o título de universidade mais empreendedora da região Nordeste, concedido à UFRN pela Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior. A UFRN ocupa o 11º lugar no ranking nacional, sendo a primeira tanto das regiões Norte como Nordeste na lista. Além disso, a instituição foi a 13ª colocada entre as universidades brasileiras com produção de maior impacto científico, de acordo com a Clarivate Analytics.

Confira alguns dos pontos abordados pelo reitor no balanço dos 100 primeiros dias de gestão:

Future-se

Até o momento, o reitor afirma que a UFRN não pretende se posicionar sobre o projeto do Governo Federal que pretende modificar as fontes de financiamento das universidades e institutos federais do país. "A posição da associação nacional de dirigentes tem sido de aguardar a versão que efetivamente será encaminhada ao Congresso e, só então, a Associação vai se posicionar e trabalhar junto com o Congresso para que, caso a proposta seja aprovada, preserve os interesses das universidades federais", afirma. Ele destaca, ainda, que o Instituto Internacional de Física, que vem sendo utilizado como exemplo por adeptos ao Future-se de financiamento alternativo, não tem relação direta com o projeto, e também não representa, necessariamente, um modelo de sucesso para todos os departamentos da instituição. "É um modelo que se adequa bem àquele instituto, e isso não quer dizer que esse é um modelo que a Universidade quer para a gestão da universidade como um todo", afirma Diniz.

Enem

Os cortes no orçamento da universidade não devem provocar uma redução no número de vagas ofertadas pela instituição pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Ao todo, são 6.933 vagas, que devem ser mantidas. "A expectativa é sempre muito grande no início do ano. É um momento de renovação para a instituição, e de que estamos cumprindo com o nosso papel", afirma Daniel Diniz.

Assistência estudantil

A UFRN dispõe de cerca de R\$ 30 milhões reservados à assistência estudantil. O recurso garante o funcionamento do restaurante e da residência universitária, além das bolsas de auxílio para os estudantes de baixa-renda. De acordo com o reitor, o orçamento previsto para o ano seguinte permanece o mesmo de 2019, sem previsão de cortes, mas há uma preocupação especial com a permanência dos estudantes na pós-graduação, que vem sendo afetada pelos cortes de bolsas da **Capes** e CNPQ. "A questão das bolsas de **Capes** e CNPQ é muito preocupante, porque se elas não forem mantidas, teremos um número cada vez menor de estudantes fazendo pós-graduação ou participando de atividades de pesquisa na graduação. Isso vai reduzir o contingente de pessoas na pós-graduação, e vai provocar um dano muito grande ao desenvolvimento do país", destaca.

Parcerias

Um dos pontos ressaltados na apresentação do balanço da instituição foi o de parcerias firmadas entre os institutos de pesquisa da Universidade e os órgãos governamentais. Um exemplo disso está na investigação sobre o óleo que vem chegando às praias do Nordeste, e que vem sendo analisado por departamentos da instituição, como o de Oceanografia. Além disso, a Universidade fechou uma parceria com a Prefeitura de Natal para auxiliar a reduzir os índices de analfabetismo do município, desenvolvendo projetos de alfabetização conjunta para a cidade.

Parque Tecnológico

Com um parque tecnológico urbano em funcionamento, no Instituto MetrÓpole Digital, a UFRN tem planos para iniciar um novo parque científico no Rio Grande do Norte: o Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo. A ex-reitora da instituição, Ângela Maria Paiva Cruz, foi convidada pelo atual reitor para gerir o projeto, cujas propostas de

financiamento já foram enviadas para instituições como o Banco Mundial. Localizado na área de Macaíba, o novo parque focaria, inicialmente, nas áreas de energia, reabilitação em saúde e tecnologia de informação, com espaços e serviços para entidades apoiadoras e empresas, reunindo incubadoras e aceleradoras empresariais, além de laboratórios de pesquisa e inovação.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos Inscrições continuam abertas até o dia 12 de dezembro

Publicado em 08/11/2019

Por Agência Brasil Brasília

O 1º Prêmio **Capes Talento Universitário** recebeu 5.058 inscrições até esta quinta-feira (7) a noite. A disputa busca reconhecer o desempenho dos alunos de todas as áreas com elevado grau de desenvolvimento de competências cognitivas. Segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, podem participar tanto estudantes de ensino presencial como os do ensino à distância.

Serão premiados 1 mil estudantes da graduação matriculados em instituições de ensino superior públicas, privadas ou militares que entraram na universidade em 2019. Cada um dos vencedores receberá R\$ 5 mil. Para participar, o estudante deve ser brasileiro e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

A prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada em 60 municípios das 27 unidades da Federação. Os interessados devem se inscrever no site até 12 de novembro de 2019. O resultado será divulgado até 31 de janeiro de 2020.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Pressão faz governo ceder e aportar recursos para bolsas do CNPq Abaixo-assinado intensificou a mobilização por recursos da agência, que estava prestes a zerar verbas para bolsas de pesquisa

Depois de meses em intensa campanha contra o desmonte de uma das maiores agências de pesquisa científica do país, estudantes e professores que dependem do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) finalmente podem respirar um pouco mais aliviados – pelo menos até dezembro. Isso porque o órgão recebeu um aporte de R\$ 250 milhões do governo para a cobertura das bolsas de pesquisa, que corriam o risco de ficar sem pagamento até o fim do ano.

A mobilização, que pressionou o governo federal a liberar o recurso, contou com a força de um abaixo-assinado apoiado por mais de uma centena de entidades científicas e acadêmicas do país e assinado por mais de um milhão de brasileiros, incluindo artistas e pessoas públicas que se juntaram à campanha #SomosTodosCNPq em defesa da pesquisa e da ciência. Criada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a petição permaneceu aberta por quase três meses, recolhendo assinaturas via plataforma Change.org.

“Houve uma mobilização grande da comunidade científica. Conseguir um milhão de assinaturas não é uma coisa simples. Foi uma importante mobilização do país inteiro, de estudantes e de entidades acadêmicas e científicas”, destaca Ildeu de Castro Moreira, presidente da SBPC e um dos porta-vozes da campanha. Durante as ações, a petição que simbolizou o resultado da mobilização foi entregue ao Congresso Nacional com o

objetivo de buscar apoio nos parlamentares para que eles pudessem cobrar medidas do poder executivo.

O calhamaço de assinaturas chegou, no final de agosto, às mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e também foi levado a audiências públicas realizadas nas comissões de ciência e tecnologia, tanto da Câmara quanto do Senado Federal, além de ter sido encaminhado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e à Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação do Congresso Nacional.

Segundo Moreira, a receptividade dos deputados foi boa e “conseguiu, por meio de um acordo entre parlamentares do governo e da oposição, uma suplementação de recursos que permitirá pagar as bolsas até o final do ano”, diz o porta-voz. “Foi importante no momento em que a ameaça de cortes seria trágica para estudantes e pesquisadores do país inteiro”.

O CNPq é ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que teve R\$ 2,13 bilhões contingenciados pelo Governo Federal neste ano. Por isso, o órgão vinha enfrentando um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para 2019. No mês passado, para pagar as bolsas referentes a setembro, a instituição precisou fazer um remanejamento interno de R\$ 82 milhões, retirando recursos da área de fomento à pesquisa. Na segunda-feira 4, houve o anúncio oficial do aporte dos R\$ 250 milhões para cobrir o buraco que ainda estava em aberto.

Estado de alerta

Do total da verba liberada, R\$ 93 milhões vieram do PLN 41/2019 (projeto de lei do Congresso Nacional que abriu crédito suplementar a alguns ministérios) e o restante – R\$ 156,9 milhões – foi transferido ao órgão pelo Ministério da Economia. A vitória, entretanto, ainda não desliga o sinal de alerta no órgão, já que a proposta orçamentária global de R\$ 1,2 bilhão, definida pelo governo para 2020, tem total semelhante a deste ano, que foi escassa e necessitou de remanejamentos.

“Uma questão que nos preocupa muito é o orçamento para 2020”, afirma Moreira. “Ele é insuficiente, fizeram uma mudança tirando [recurso] do fomento à pesquisa para [a oferta de] bolsas. Retiraram recursos fundamentais para os laboratórios funcionarem, para os jovens terem insumos, poderem viajar para congressos...”, enfatiza.

O presidente da SBPC ressalta a importância da aprovação de uma emenda parlamentar que foi proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e prevê mais R\$ 300 milhões para o CNPq no ano que vem. A medida ainda tem etapas para avançar – a aprovação na comissão de orçamento e no plenário, além da decisão do próprio governo de aplicá-la. Para Moreira, essas iniciativas são, em parte, fruto da mobilização.

“Tudo isso é um certo desdobramento das assinaturas da campanha, com um resultado bastante significativo porque sensibilizou o Congresso, resolveu [o pagamento] as bolsas deste ano e sinaliza para o ano que vem uma recuperação orçamentária para o CNPq”, defende.

Além de criar um ambiente positivo de sensibilização dentro do Congresso Nacional em

relação à ciência e pesquisa, o porta-voz da campanha acredita que a petição ainda deu mais visibilidade à preocupante ideia de fusão do CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – outro órgão de pesquisa que oferece bolsas de mestrado e doutorado, mas que é vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A **Capes** tem atuação diferente do CNPq.

“O abaixo-assinado deu força para várias audiências, com as entidades [científicas e acadêmicas] se posicionando contrariamente à fusão do CNPq com a **Capes**”, comenta o presidente da SBPC. “Existem setores localizados do governo com uma visão estreita de economia, que tentam fundir essas duas agências. E nós achamos que isso é completamente inadequado e prejudicial, porque elas têm histórias, objetivos, práticas e finalidades diferentes”. Devido a bloqueios de verbas no MEC neste ano, a **Capes** também sofreu com cortes de bolsas.

O que é CNPq?

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado em 1951. A instituição tem como uma de suas principais atribuições o fomento à pesquisa científica e tecnológica e o incentivo à formação de pesquisadores brasileiros.

O órgão também formula e conduz políticas de inovação, conseguindo importantes resultados nos mais diversos campos da atividade econômica. Foi graças ao trabalho de seus pesquisadores, por exemplo, que o vírus da Zika pode ser controlado, que a produção de grãos cresceu enormemente no país e que os brasileiros descobriram e passaram a explorar o pré-sal.

O CNPq vem sofrendo com uma forte redução nos recursos de custeio operacional e uma séria limitação em seu pessoal técnico. Laboratórios de pesquisa já atravessam um sucateamento e evasão de estudantes para o exterior, além de uma procura menor pelos próprios brasileiros.

topo 

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Estudantes podem concorrer a prêmio de R\$ 5 mil; confira como participar **Premiação está sendo ofertada pela Capes**

Iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019? Se sim, esta é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Atenção, o estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter realizado o Enem em 2017 ou 2018. Além disso, não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

No portal, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de

instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

*matéria produzida com informações do MEC

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Estudantes podem concorrer a prêmio de R\$ 5 mil, confira como participar

Iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019? Se sim, esta é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Atenção, o estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter realizado o Enem em 2017 ou 2018. Além disso, não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

No portal, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

*matéria produzida com informações do MEC

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos

O 1º Prêmio **Capes** Talento Universitário recebeu 5.058 inscrições até esta quinta-feira (7) a noite. A disputa busca reconhecer o desempenho dos alunos de todas as áreas com elevado grau de desenvolvimento de competências cognitivas. Segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, podem participar tanto estudantes de ensino presencial como os do ensino à distância.

Serão premiados 1 mil estudantes da graduação matriculados em instituições de ensino superior públicas, privadas ou militares que entraram na universidade em 2019. Cada um dos vencedores receberá R\$ 5 mil. Para participar, o estudante deve ser brasileiro e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

A prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada em 60 municípios das 27 unidades da Federação. Os interessados devem se inscrever no site até 12 de novembro de 2019. O resultado será divulgado até 31 de janeiro de 2020.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos

Inscrições continuam abertas até o dia 12 de dezembro

O 1º Prêmio **Capes Talento Universitário** recebeu 5.058 inscrições até esta quinta-feira (7) a noite. A disputa busca reconhecer o desempenho dos alunos de todas as áreas com elevado grau de desenvolvimento de competências cognitivas. Segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, podem participar tanto estudantes de ensino presencial como os do ensino à distância.

Serão premiados 1 mil estudantes da graduação matriculados em instituições de ensino superior públicas, privadas ou militares que entraram na universidade em 2019. Cada um dos vencedores receberá R\$ 5 mil. Para participar, o estudante deve ser brasileiro e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

A prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada em 60 municípios das 27 unidades da Federação. Os interessados devem se inscrever no site até 12 de novembro de 2019. O resultado será divulgado até 31 de janeiro de 2020.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Errei na forma de abordar os reitores, diz secretário do MEC sobre o Future-se Desde que foi apresentado em julho, o Future-se vem sendo alvo de uma série de críticas e já foi rejeitado pela maioria das instituições

Brasília - O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Lima, disse nesta quinta-feira, 7, que "errou na forma de abordar os reitores" para propor a adesão ao Future-se, programa criado pelo MEC para uma nova forma de financiamento das universidades federais do País. Desde que foi apresentado em julho, o plano vem sendo alvo de uma série de críticas e já foi rejeitado pela maioria das instituições.

"A maior qualidade em um ser humano é reconhecer seu erro, porque errar é evoluir. Sim, errei em não ter colocado as fundações de apoio no Future-se e errei na forma de abordar os reitores. Mas errado mesmo teria sido continuar na inércia e não apresentar nenhuma proposta alternativa de financiamento para as universidades", disse Lima durante uma mesa de debate sobre o programa no 2º Congresso do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino e Pesquisa (Confies).

O secretário, porém, destacou que sempre esteve aberto ao diálogo. "Vamos fazer a consulta pública e depois encaminhar ao Congresso um projeto de lei em regime de urgência. A gente poderia ter mandado como Medida Provisória, mas para ter mais debate vamos mandar como projeto de lei".

Com a resistência da maior parte dos dirigentes das universidades federais, o MEC vem tentando abrir diálogo e conseguir maior apoio dos reitores. Para isso, cedeu a alguns dos pedidos, como o de incluir a possibilidade de os contratos do Future-se serem feitos pelas fundações de apoio das instituições.

A última proposta apresentada e que deve ser levada para consulta pública ainda é considerada "genérica e ambígua" pelos dirigentes. O texto coloca que cada contrato de adesão terá "indicadores de qualidade" para as universidades, sem especificar o que será avaliado por eles.

Versão anterior do documento detalhava que um dos indicadores seria a redução de gastos com servidores - alvo de muitas críticas, o trecho foi suprimido dias depois de ser divulgado pelo Estado. Os reitores avaliam que a imposição de redução de recursos com servidores possa retornar após a aprovação do projeto de lei no Congresso.

Na mesa de discussão, Sandra Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disse ao secretário que as instituições precisam ter clareza do que vai ser avaliado para aderir ao programa. "Quais são os termos desses indicadores? É importante que ele garanta a autonomia universitária. Não temos medo de ser avaliados, porque estamos muito acostumados. Mas precisamos saber com o que vamos nos comprometer a cumprir."

O secretário disse apenas que cada contrato levará em conta as especificidades de cada universidade, mas não explicou o que pretendem avaliar nos indicadores. Lima voltou a destacar a necessidade de redução do gasto com pessoal. "Autonomia é sustentabilidade. As federais investem menos em pesquisa porque decidiram investir mais em pessoal, foi uma opção", disse.

Nos últimos meses o ministro da Educação, Abraham Weintraub, criticou diversas vezes o alto gasto das federais com servidores e diz considerar excessivo o salário de parte dos professores das instituições. Ele chegou a dizer a principal preocupação do MEC é "ir atrás da zebra mais gorda" se referindo aos docentes da rede federal de ensino superior.

Dirigentes querem retirada de contratos com OSs do projeto de lei
Além de maior definição e clareza sobre os indicadores de desempenho, os dirigentes também pedem a retirada dos contratos com organizações sociais (OSs) do projeto de lei. O secretário, no entanto, sinaliza que essa mudança não deve acontecer.

"As OSs servem para uma série de coisas, mas não para um complexo saber como o das universidades federais, que têm um princípio muito importante, a autonomia universitária, que fica ameaçada com esse tipo de contrato previsto com as organizações sociais", disse Fernando Peregrino, presidente do Confies.

*A repórter viajou a convite do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino e Pesquisa (Confies).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

24% dos municípios não avançaram em índice de qualidade da educação

Obtido com exclusividade pelo G1, Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) de 2019 avaliou 4.909 municípios brasileiros em sua terceira edição.

Criado em 2015 para ir além dos indicadores oficiais de aprendizagem dentro da sala de aula, o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) de 2019 mostra que, de 4.909 municípios avaliados, 1.191, ou 24% do total, não conseguiram avançar em relação ao patamar em que estavam nas edições anteriores.

O IOEB nacional, que varia de 0 a 10, evoluiu mais uma vez, ainda que siga sendo considerado baixo. A pontuação subiu de 4,65 para 4,71, e evidencia a desigualdade regional de condições para as crianças e adolescentes do Brasil: 71,6% dos municípios que ficaram abaixo da mediana estão concentrados no Nordeste e no Norte (veja no mapa abaixo).

Os dados, obtidos com exclusividade pelo G1, são calculados a cada dois anos. A edição mais recente foi divulgada na tarde desta quinta-feira (7) pela Comunidade Educativa Cedac, que desde o ano passado faz a gestão do indicador.

Segundo Tereza Perez, diretora-presidente da Cedac, a ideia por trás do IOEB é "explicitar os esforços que são feitos por toda a sociedade e pelo poder público para a aprendizagem, ao correlacionar as condições [de acesso à educação] e a aprendizagem".

Ela afirma que o índice não deve ser usado para ranquear cidades, mas serve como uma espécie de "IDH da educação", para municípios acompanharem sua própria evolução, e também como "um alarme" para que os estados olhem para os seus municípios e vejam onde eles têm que ajudar mais.

"E a União olhar para o país e pensar: 'quais são os estados onde eu tenho que investir muito mais, para que todo mundo aprenda?'"

Mapa do Brasil mostra onde estão os municípios com Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) 2019 abaixo da mediana de 4,7: 71,6% deles se concentram no Nordeste e no Norte — Foto: Ana Carolina

O que é o IOEB?

Batizado de Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), é um indicador que considera não apenas o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), resultado de aprendizagem divulgado a cada dois anos pelo governo federal, mas também outras variáveis de acesso, como a oferta de vagas em creche e pré-escola, a formação de professores, a experiência dos diretores de escola e a quantidade de crianças e adolescentes que não estão matriculados na escola;

O IOEB foi desenvolvido em 2015 por dois ex-funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Reynaldo Fernandes, ex-presidente do Inep, e Fabiana de Felício, ex-diretora de estudos educacionais do Inep, também estão por trás da criação do próprio Ideb, além de outros indicadores; Ao contrário do Ideb, porém, o IOEB é calculado apenas no nível dos municípios e dos estados, e não está dividido por escolas, redes de ensino ou etapas. O objetivo é dar aos gestores ferramentas para que o governo federal, estadual e municipal trabalhem em regime de colaboração para melhorar o atendimento educacional de todos os moradores

em idade escolar daquela cidade;

Ele é calculado e divulgado a cada dois anos e, para um município entrar na avaliação, é preciso ter a nota da Prova Brasil divulgada pelo Inep. Em 2019, foram incluídos no indicador 4.909 municípios, sendo que 4.538 deles tiveram IOEB calculado em 2015, 2017 e 2019.

Avanços no Nordeste

Dos 4.909 municípios incluídos na edição deste ano do índice, 1.132 ou ficaram estagnados de 2017 para 2019, ou regrediram no IOEB. Outros 59 não tiveram índice calculado em 2017, mas não conseguiram avançar de 2015 para 2019.

Apesar da desigualdade regional apresentada principalmente no Nordeste, muitos municípios da região tiveram resultados positivos.

Considerando os demais 76% dos municípios com avanço, os dados mostram que 17 deles aumentaram pelo menos um ponto no seu índice. Desses, 16 são nordestinos. Já nos resultados médios estaduais, houve avanço em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

Perez, da Cedac, destacou, por exemplo, o caso de Alagoas, que teve o maior avanço entre os estados brasileiros: 0,8 pontos.

"Alagoas está com IOEB abaixo da média, 4,5. Mas o esforço dele, a diferença que fez de 2015 para 2019 é 0,8. É um estado que está batalhando para melhorar as condições de aprendizagem das crianças", resumiu ela.

Equidade entre os municípios

Por outro lado, na comparação entre a equidade dos municípios de um mesmo estado, Alagoas tem a sexta maior desigualdade entre 24 estados analisados. Para chegar a essa lista, os especialistas da Cedac ordenaram os municípios de cada estado segundo seu IOEB e depois separaram os 10% com o melhor resultado e os 10% com o resultado mais baixo.

Então, uma média entre cada grupo foi feita e, a partir dela, foi possível verificar e comparar a distância entre o topo e o fim da lista.

A equidade, porém, não é um fenômeno restrito aos estados com índice mais baixo. O Ceará, que tem o quinto IOEB 2019 estadual mais alto e responde por cinco dos dez municípios com maior IOEB neste ano, também está entre os dez estados com maior desigualdade.

"Fica evidente que está avançando em alguns municípios, mas a distribuição ainda não está equitativa", explica Perez sobre exemplos como esse.

Do outro lado da tabela, São Paulo desponta como o estado mais equitativo: a média dos 10% de municípios paulistas com menor IOEB é 4,7, ou seja, está no mesmo patamar do IOEB nacional. E a dos 10% melhores é de 5,7. Veja abaixo a situação dos 24 estados que entraram na comparação:

Além dos limites Ideb

A especialista afirmou que, embora considerado "absolutamente essencial" para entender a qualidade das escolas e das redes de ensino, o Ideb não dá conta de uma série de fatores.

"Foi um índice fundamental porque explicitou todas as carências que a gente tem de aprendizagem", explicou Tereza Perez. "Mas o Ideb, ao medir as aprendizagens das crianças e adolescentes, coloca muito foco na leitura, matemática e no fluxo. Ele reduz a educação a esses três elementos."

Esse foco acabou tendo dois efeitos, segundo ela: um fluxo de aprovação "quase que automática" de alunos, mesmo que eles não estivessem prontos para avançar, e a concentração dos esforços em sala de aula para ensinar apenas o conteúdo pedido na Prova Brasil, usada para calcular o Ideb.

Uma consequência de ambos foi o aumento da evasão de alunos sem o aprendizado adequado. "Isso vai desembocar lá no fundamental 2, na evasão. O jovem foi expulso da escola, depois vai para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)", afirmou ela.

"Mexeu no fluxo. Depois pegou a aprendizagem como uma questão forte. O que a gente vê é que em muitos municípios você tem o foco nos descritores da Prova Brasil como o que tem que ensinar, porque os alunos têm que ir bem, porque politicamente isso é muito forte."

No IOEB, o Ideb inclusive passa por um "ajuste" para dar um peso maior ao nível socioeconômico das famílias dos estudantes. "A gente sabe que a aprendizagem é fruto do background familiar também. O IOEB procura nivelar mesmo, deixar como se todo mundo tivesse o mesmo nível socioeconômico, via escolaridade da família, não renda", disse.

Metodologias e intencionalidade

Segundo Perez, o IOEB é um dos indicadores "extraoficiais" que surgiram depois do Ideb para "apresentar um pouco dessa complexidade", e também segue a mesma linha por trás da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabeleceu parâmetros para escolas e redes elaborarem seus currículos em conjunto, e não pensarem apenas em seus próprios resultados nas avaliações do Inep.

"Ele é um índice que abre essas possibilidades de reflexão, mas ele não se basta. O IOEB precisa ser visto junto com o Ideb e, principalmente, junto com o IdeA", disse Perez sobre o Indicador de Desigualdades e Aprendizagens, lançado neste ano pelo professor Francisco Soares, que também foi presidente do Inep.

"[O IdeA] coloca as desigualdades socioeconômicas, diferenças de aprendizagem entre negros, brancos e indígenas. Evidencia aspectos que são fundamentais na educação, que ocorrem dentro da sala de aula."

A tendência atual, na opinião da diretora-presidente da Cedac, é superar o foco nas avaliações e na tecnologia, e pensar em como as metodologias, o planejamento e o que ela chama de "intencionalidade" podem ter um impacto positivo no aumento da qualidade da educação.

Segundo ela, a intencionalidade passa pelos gestores, diretores de escola e professores se alinharem desde o planejamento, e não só focarem em melhorar esse ou aquele recurso para ver os pontos subirem nos indicadores.

Tereza Perez compara esse processo a um "armário bem bonito", numa escola, cheio de livros jogados dentro. "Ali você tem toda a condição: tem o armário, tem os livros. Só não tem a intenção de que alguém leia esses livros. Se você tiver o armário com todos os livros organizados, que as crianças tenham acesso, que saibam ir lá buscar, por que estão buscando, se é do interesse delas. Aí você tem a intencionalidade."

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

É falso que presidente da UNE estuda ciência sociais há 15 anos

São falsos os posts de redes sociais que dizem que o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Iago Montalvão Oliveira Campos, teria 33 anos e seria estudante de Ciências Sociais desde 2004. Naquele ano, na verdade, Montalvão completou 11 anos de idade.

O dirigente do grupo estudantil tem 26 anos e, desde 2018, é estudante de Ciências Econômicas na USP (Universidade de São Paulo), curso no qual foi aprovado por meio do Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Antes disso, foi estudante de História em 3 diferentes instituições de ensino superior.

A 1ª matrícula foi em 2011 na UFG (Universidade Federal de Goiás). Mais tarde, pediu transferência para a UnB (Universidade de Brasília) e, em 2017, ingressou na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo.

Além da idade e das informações sobre o ingresso na universidade, a publicação erra o nome de Iago ao chamá-lo de "Tiago" e "Thiago".

Falso, para o Comprova, é o conteúdo divulgado de modo deliberado para espalhar uma mentira.

Como verificamos

O Comprova buscou informações sobre a formação acadêmica de Iago Montalvão na página oficial da UNE e também buscou seu nome completo no Google, onde encontrou diversos links de universidades com sua aprovação no vestibular.

Para confirmar que ele, de fato, estudou nas instituições mencionadas, entramos em contato com a USP, a UFG, a UnB, a Ufal (Universidade Federal de Alagoas) e a Cesmact (AL).

Localizamos ainda o currículo com o nome completo de Iago na Plataforma Lattes, atualizado pela última vez em março de 2013.

Foram encontradas ainda reportagens na imprensa sobre a eleição de Iago Montalvão para a presidência da UNE e posicionamentos dele a respeito dos bloqueios nas verbas das universidades federais e do programa Future-se. Encontramos também registros das manifestações do dia 13 de agosto, em São Paulo, retratados na imagem usada na postagem.

Também foi verificado, junto às páginas oficiais das instituições de ensino, o tempo máximo de permanência em cada 1 dos cursos iniciados por Iago.

A equipe do Comprova entrou em contato com os autores dos posts originais no Facebook por meio de mensagens, mas não obtivemos resposta até a publicação deste texto.

Você pode refazer o caminho da verificação do Comprova usando os links para consultar as fontes originais.

Quem é Iago Montalvão?

A UNE publicou, em 14 de julho de 2019, 1 perfil do presidente Iago Montalvão após sua eleição durante o 57º Congresso da UNE, em Brasília. O texto afirma que Iago é goiano, “conterrâneo e sucessor de Honestino Guimarães e Aldo Arantes”. Iago foi eleito com 4.053 votos (70% do total) pela chapa Tsunami da Educação.

No texto, consta que Iago foi integrante do Grêmio do Colégio Aplicação, em Goiânia, onde fez toda a formação escolar e onde “sempre esteve na militância”. Ele foi cotista de escola pública na UFG (Universidade Federal de Goiás), onde cursou 3 anos de História.

No texto da UNE, Iago afirma que, embora queira terminar 1 dia o curso de História, viu na USP a oportunidade de expandir o conhecimento na área de Economia, pois considera que “falta no país uma opinião elaborada de economistas no campo da esquerda, progressista”.

Iago Montalvão é filho do professor universitário Romualdo Pessoa, que foi presidente da Adufg, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás. No site da Associação, há uma publicação noticiando a eleição de Iago e declarações do pai, que, segundo o texto, também fez parte do movimento estudantil desde os tempos de secundarista.

Ele tem 33 anos?

Não. Iago nasceu em Goiânia (GO) em 14 de maio de 1993 e tem, portanto, 26 anos. O líder estudantil enviou ao Comprova uma imagem de sua carteira nacional de habilitação, que confirmou que as informações de filiação e data de nascimento são as mesmas de outras fontes, como a nota no site da Adufg sobre seu pai e os textos sobre Iago no site da UNE.

Ele estuda Ciências Sociais desde 2004?

Não. Iago Montalvão é aluno do curso de Ciências Econômicas da USP, no qual foi aprovado por meio do Sisu, em 2018. Em seu perfil oficial no Twitter, Iago diz que é estudante de Economia da USP “graças ao SISU!”.

Ao Comprova, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP) confirmou que ele é aluno do curso.

Há 15 anos, em 2004, data que a postagem afirma que Iago se matriculou no curso de Ciências Sociais –sem especificar uma instituição–, Iago tinha apenas 11 anos de idade.

Que cursos universitários ele já fez?

Antes de estudar Economia, Iago também foi aluno de História da UFG, da UnB e da PUC de São Paulo.

A UFG confirmou ao Comprova que Iago ingressou no curso de História em 2011 e informou que ele pediu transferência para outra instituição em 2016. A UnB confirmou que Iago Montalvão foi estudante da instituição “entre o 1º semestre de 2016 e o 1º semestre de 2018, no curso de História, mas não concluiu a graduação”.

Um currículo Lattes acessado pelo Comprova na 2ª feira (4.nov.2019), com o nome e a foto de Iago, dizia que ele cursou Engenharia Elétrica na CESMAC, em Maceió, a partir de 2010; e Física na Ufal a partir de 2008.

No entanto, ao Comprova, Iago negou ter feito os 2 cursos e não soube dizer como a informação foi parar no currículo. Segundo Iago, a última alteração que havia feito em seu Lattes foi para cadastrar 1 projeto de iniciação científica que fez ainda na UFG, entre 2013 e 2014. Após o contato do Comprova, Iago alterou o Lattes, ainda na 2ª feira (4.nov.2019), e as duas instituições já não aparecem mais no currículo.

O nome de Iago não consta das listas de aprovados na Ufal para 2008 e no CESMAC para o 2º semestre de 2010. Em 2008, Iago tinha 15 anos.

O que disse sobre políticas públicas de educação do governo?

Iago Montalvão tem feito críticas às políticas do governo federal voltadas para a área de Educação. Em 17 de julho deste ano, 3 dias depois da sua eleição como presidente da UNE, interrompeu uma fala do ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante a apresentação do programa Future-se para criticar a proposta.

“Ministro, cadê o dinheiro da educação? Queremos solução para os estudantes que estão sem bolsa. Queremos uma resposta para isso, uma resposta imediata. Como vamos pensar 1 projeto para o futuro se no presente não funciona?”, questionou, segundo publicação do site da Revista Fórum.

Em entrevista ao Comprova, Iago afirmou que a circulação do conteúdo verificado pelo Comprova começou após 1 ato em frente ao MEC, que terminou em pancadaria e depois de ele interpelar o ministro Weintraub durante o evento do Future-se no Inep.

Em 13 de agosto, o site Vermelho, que é gerido pela Associação Vermelho em convênio com o partido PC do B, também publicou uma matéria sobre o ato “Tsunami da Educação” e apontou que, segundo Iago, o presidente Bolsonaro escolheu a educação como “inimiga”.

Dias antes, numa entrevista ao site Rede Brasil Atual, de uma união de sindicatos, Iago Montalvão falou sobre o bloqueio de verbas para as universidades e disse que “atacar as universidades federais é atacar o desenvolvimento do país, é atacar a retomada do crescimento e a perspectiva de futuro que a gente tem”.

No site da UNE, há uma série de publicações em que a instituição presidida por Iago se

posiciona contra os cortes em orçamento das universidades e o Future-se, além de convocar greve geral de professores, estudantes e técnicos. A foto é verdadeira?

Sim. A imagem usada na postagem foi feita em 13 de agosto deste ano em São Paulo, durante a manifestação “Tsunami da Educação”. A mesma imagem é usada como foto de capa da página de Iago Montalvão no Facebook. Outras imagens parecidas foram compartilhadas por ele em seu perfil no Twitter. O Comprova encontrou a fotografia por meio da busca reversa no Google.

A mesma imagem foi postada no site Vermelho, com crédito para a fotógrafa Karla Boughoff, que também é autora de outras fotos do mesmo dia, postadas na conta oficial da UNE no Flickr, site de compartilhamento e armazenamento de imagens.

Contexto

Esta não é a 1ª vez que este conteúdo falso viraliza nas redes sociais. No dia 17 de agosto deste ano, 4 dias após a manifestação “Tsunami da Educação”, Iago Montalvão postou em sua conta no Twitter uma postagem em que desmentia 1 conteúdo parecido.

Usando outra foto de Iago Montalvão, as postagens afirmavam que “Thiego Lula da Silva”, de 33 anos, era estudante e diretor da UNE, estava há 15 anos matriculado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pato Branco, junto com uma declaração atribuída a ele: “Devolvam nosso futuro”. A Universidade Federal Tecnológica do Paraná, que foi criada em 2005 – há 14 anos -, não possui 1 curso de Ciências Sociais no campus de Pato Branco.

Na foto compartilhada em agosto, Iago usava 1 boné e uma camisa branca com a logo da UNE. Já na postagem compartilhada a partir do dia 1º de novembro, a imagem usada é de uma manifestação em agosto, em que o presidente da UNE usa uma camisa com uma imagem de Fernando Santa Cruz, que foi 1 estudante e militante do movimento estudantil brasileiro, 1 dos símbolos da resistência à ditadura militar do Brasil.

Ele desapareceu em 22 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro, aos 26 anos. Registros oficiais vinculados à Comissão Nacional da Verdade indicam que seu desaparecimento ocorreu “em razão de morte não-natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro”.

Em julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que “Santa Cruz foi morto por correligionários que combatiam a ditadura a fim de evitar o vazamento de informações confidenciais”. Seu filho, Felipe Santa Cruz – atual presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), decidiu interpelar o presidente para esclarecimentos por causa das afirmações sobre o paradeiro de seu pai. A família de Santa Cruz foi à pgr (Procuradoria Geral da República) cobrar explicações de Bolsonaro sobre as declarações.

As ofensas de Bolsonaro começaram em 29 de julho, ao reclamar sobre a atuação da OAB no caso Adélio Bispo, autor da facada ao então candidato durante uma passeata na cidade de Juiz de Fora, em 6 de setembro de 2018. O presidente disse que “se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto pra ele”. Fernando Santa Cruz é 1 dos símbolos do movimento estudantil – alguns diretórios estudantis em universidades foram batizados com seu nome: aqui e aqui.

Repercussão nas redes

O Comprova verifica conteúdos duvidosos sobre políticas públicas do governo federal que tenham grande potencial de viralização.

O texto verificado foi publicado pela página Jovens de Direita, no Facebook, e teve 2,3 mil curtidas e 779 compartilhamentos até o final da manhã desta 2ª feira (4.nov.2019). No início da tarde, o post, que havia sido compartilhado de 1 perfil pessoal no Facebook, foi excluído. O Comprova tentou contato com o dono do perfil e com a página Jovens de Direita, mas não obteve resposta.

Conteúdo similar também foi publicado nos perfis @anewellss e @mansi_jose, no Twitter, somando mais de 100 interações, e na página Intervencionistas do Brasil, no Facebook, com 185 curtidas e 187 compartilhamentos até a noite de segunda-feira.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Prêmio Capes Talento Universitário tem mais de cinco mil inscritos

O 1º Prêmio **Capes Talento Universitário** recebeu 5.058 inscrições até esta quinta-feira (7) a noite. A disputa busca reconhecer o desempenho dos alunos de todas as áreas com elevado grau de desenvolvimento de competências cognitivas. Segundo a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, podem participar tanto estudantes de ensino presencial como os do ensino à distância.

Serão premiados 1 mil estudantes da graduação matriculados em instituições de ensino superior públicas, privadas ou militares que entraram na universidade em 2019. Cada um dos vencedores receberá R\$ 5 mil. Para participar, o estudante deve ser brasileiro e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

A prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada em 60 municípios das 27 unidades da Federação. Os interessados devem se inscrever no site até 12 de novembro de 2019. O resultado será divulgado até 31 de janeiro de 2020.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ser Educacional tem lucro líquido ajustado de R\$ 36,2 mi, queda de 18,8%

A Ser Educacional encerrou o terceiro trimestre com lucro líquido ajustado (por efeitos não recorrentes) de R\$ 36,185 milhões, queda de 18,8% sobre o mesmo período do ano anterior, quando o lucro totalizou R\$ 44,557 milhões. Já o lucro líquido comparável, com os resultados dos trimestres anteriores do exercício de 2018 sob as normas do padrão contábil IFRS 16, que começou a vigorar em janeiro deste ano, foi de R\$ 23,837 milhões, baixa de 24,4% em relação a igual período do ano passado (R\$ 31,538 milhões).

A mensagem da administração que acompanha o demonstrativo destaca que “o imposto de renda e contribuição social apresentou queda de 17,7% no trimestre, em função da redução do lucro antes de imposto de renda e contribuição social”.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 77,502 milhões, retração de 7,5% em relação ao terceiro trimestre de 2018, com margem 2,5 pontos percentuais inferior, para 26,8%.

Enquanto isso, a receita operacional líquida da companhia fechou o trimestre em R\$ 288,910 milhões. O resultado representa crescimento de 1,00% ante a cifra de R\$ 286,003 milhões na mesma base de comparação.

A base total de alunos cresceu 10,2% no terceiro trimestre, passando de 146,9 mil alunos para 161,8 mil alunos, em função principalmente do crescimento da base de alunos de ensino a distância (graduação + pós-graduação) em 83,1%, destacou a empresa.

Já a base de graduação presencial ficou em 123,8 mil alunos, 0,4% maior na comparação com o terceiro trimestre de 2018. A taxa de evasão, por sua vez, ficou em 15,0%, com redução de 1,3 ponto percentual na mesma base de comparação, “refletindo os primeiros sinais de melhoria, em um cenário ainda adverso na economia do País”, destacou a empresa em seu demonstrativo financeiro.

Em relação ao ticket médio no terceiro trimestre, o valor ficou em R\$ 720,43, apresentando redução de 1,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, “em virtude principalmente do volume de alunos captados”. Segundo a companhia, esse impacto tende a ser mitigado nos trimestres seguintes “uma vez que a captação de alunos é realizada com preços promocionais que reduzem substancialmente os valores de mensalidades para os primeiros meses”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Enem 2019: entenda como é calculada a nota da prova

Teoria de resposta ao item é a ferramenta usada para correção das provas; ideia é medir com mais precisão a proficiência nas matérias e evitar chutes

SÃO PAULO - As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 ainda não acabaram, mas a curiosidade para descobrir o desempenho no exame já é motivo de inquietação para muitos candidatos. Para saber como funciona a Teoria de Resposta ao Item (TRI) é necessário entender que a prova é elaborada para conter um equilíbrio entre questões fáceis, médias e difíceis.

A média de acertos não é calculada levando-se em conta somente o número de questões corretas, mas também a coerência das respostas do participante diante do conjunto das questões que formam a prova.

Conforme o nível de dificuldade de cada pergunta, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), elabora uma função matemática para cravar quanto de conhecimento o candidato tem em cada questão da prova.

Nesta avaliação, o conhecimento do participante se expressa por meio do conjunto de itens que fazem parte de uma escala de proficiência. Cada item é uma questão.

Com o resultado das respostas aos itens é gerado um gráfico para cada questão da prova, que mostra quais as chances que um candidato com determinado nível de conhecimento tem de acertá-la.

Assim, a nota depende somente do conhecimento do indivíduo no momento da prova. Ela não depende do desempenho dos outros participantes ou do modelo de prova que

ele realiza. Para completar, o cálculo da probabilidade de acerto é feito em união com a análise de coerência pedagógica.

A ideia é medir com mais precisão a proficiência nas matérias e evitar que chutes sejam recompensados. Se o candidato acertou uma questão mais simples no último domingo e errar uma mais complexa na semana seguinte, a prova será considerada mais coerente em relação a de quem fez o contrário. Pela TRI, errar perguntas fáceis e ir bem nas questões complexas leva a uma "punição" na nota. Estatisticamente, seria improvável ele ter acertado apenas as difíceis e, portanto, provavelmente houve chute.

O Inep exemplifica a teoria: suponha que desejemos medir a altura de uma pessoa, em metros, por meio de um questionário utilizando a TRI. Uma pergunta (item) que poderia ser feita é "Você consegue guardar sua bagagem de mão no avião sem pedir ajuda?". Uma pessoa que responda "sim" a este item deve ter, no mínimo, 1,65m. Esta seria então a "altura" do item. Um outro item: "Você acha que se daria bem em um time de basquete?". A altura deste item seria algo em torno de 1,90m. Ao final de um conjunto de perguntas como esta, seria possível saber, com uma certa precisão, a altura do respondente.

Esse método de avaliação é usado em outros testes, como o Toefl (exame americano que mede a proficiência em língua inglesa) e o SAT (Scholastic Aptitude Test ou Scholastic Assessment Test, usado no ingresso dos estudantes americanos na universidade). Aqui no Brasil, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e a Prova Brasil, usada para avaliar a qualidade da educação básica entre alunos do ensino fundamental, também usam a TRI.

Esse modelo é considerado mais eficiente para comparar resultados de duas provas com questões diferentes, que testam as mesmas habilidades. Portanto, a TRI pretende promover uma comparação mais real dos exames de um ano para o outro.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Brasileira cria filtro de água sustentável e vence prêmio inédito da ONU

De Tilt, em São Paulo

A baiana Anna Luísa Beserra só tem 22 anos, mas já coleciona uma série de conquistas. Do reconhecimento em olimpíadas de física, biologia, astronomia até premiações ligadas à inovação. E principalmente pelo Aqualuz, um purificador de água que usa os raios solares para matar bactérias e torná-la potável.

Graças à invenção, ela foi a primeira brasileira a vencer o prêmio da ONU voltado a jovens com propostas para o meio ambiente. A tecnologia de baixo custo já foi testada e está em fase de produto. Atualmente 53 famílias e cerca de 265 pessoas usam a solução.

"Ser mulher, jovem, nordestina é desafiador. Reconhecimentos como esse são o que me dão força. Às vezes passamos por situações de não ser levada a sério. Mas isso nos deixa mais fortes", conta Beserra, que se formou no ano passado em biotecnologia pela UFBA (Universidade Federal da Bahia), e agora toca a sua startup SWD (Safe Drinking Water for All) com o Aqualuz.

Inovadora aos 15

Beserra conta que sempre foi apaixonada pela ciência e seu poder de transformar realidades. Quando fez 15 anos, em vez de pedir uma festa, pediu aos pais que ganhasse de presente um microscópio.

A ideia do filtro purificador solar surgiu quando Beserra tinha 15 anos e estava no ensino médio. Ao tomar conhecimento do programa Jovem Cientista, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), decidiu participar. O tema naquele ano [2013] era a água.

Crianças no semiárido morrem por terem água contaminada e não terem hospital para tratar. E pensei estou em Salvador, tenho acesso a água, a tudo. O que posso fazer para ajudar quem não tem?"

Anna Luísa Beserra, graduada em biotecnologia pela UFBA

Com a ajuda de seu pai, começou a pesquisar e montar protótipos simples dentro das condições que conseguia. Mas a ideia do Aqualuz só avançou mesmo durante a graduação na UFBA, há cerca de três anos.

"Não usamos placas [que captam a energia do sol]. A passagem da luz do sol é direta na água. A combinação da radiação com o sistema de calor consegue matar as bactérias", explica Beserra.

Quem usa diz que o acesso à água limpa ficou mais fácil. A manutenção também. Com o Aqualuz, diz ela, a água demora de duas a seis horas para ficar potável. Outras soluções demoram de seis a até 48 horas.

Agora que terminou a faculdade, Beserra se dedica em tempo integral à sua startup. Sua invenção está na décima versão e seu objetivo é que órgãos governamentais possam usá-la para ajudar os brasileiros que vivem em regiões de seca, principalmente no semiárido nordestino.

"A gente pode mudar o mundo de várias formas. E a ciência e a tecnologia são algumas delas".

Beserra recebeu em outubro o prêmio na categoria de criatividade pela iniciativa "Mude o Mundo Como uma Menina", criada pelo Força Meninas, negócio de impacto social que visa capacitar garotas e adolescentes a desenvolverem suas habilidades, com patrocínio do Banco Original.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro : não houve desinformação nas questões de múltipla escolha do Enem São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro elogiou, em transmissão ao vivo pelo Facebook, o ministro da Educação Abraham Weintraub pela aplicação da primeira prova, de duas, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que ocorreu no último domingo, 3. "Parabéns ao MEC e ao ministro Abraham Weintraub." "Não houve desinformação nas questões de múltipla escolha", afirmou Bolsonaro.

O presidente também elogiou a escolha do tema da redação, sobre a democratização do acesso ao cinema. "O tema já não foi aquele tema polêmico, lembra? A linguagem não-

sei-de-quem", disse o presidente em referência à prova do ano passado, que cobrava uma questão de interpretação de texto sobre, segundo o enunciado, o "dialeto secreto de gays e travestis". Segundo o presidente a questão "estimula a criança a se interessar por aquele assunto que não leva a lugar nenhum".

"Eu espero, Weintraub, que na próxima redação caia temas mais científicos, técnicos, ou até culturais, mas que interesse a todos nós". Bolsonaro também afirmou que a escolha do tema não "teve participação" dele. "Zero. Não tive conhecimento nenhum".

AGORAMT - TEMPO REAL

Prêmio Capes: estudantes podem concorrer a premiação de R\$ 5 mil

O estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter realizado o Enem

Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Para isso, o candidato precisa ter iniciado um curso de graduação no Brasil ainda este ano de 2019, e está é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Além de ter iniciado a graduação este ano, o estudante deve ser brasileiro, ter realizado o Enem em 2017 ou 2018, e não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

Para inscrição, no portal é preciso clicar em "Primeiro acesso do candidato" e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve também para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior. A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões.

*matéria produzida com informações do MEC

topo ↕

ALAGOAS 24hs - TEMPO REAL

Estudantes podem concorrer a prêmio de R\$ 5 mil, confira como participar

Iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019? Se sim, esta é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Atenção, o estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter realizado o Enem em 2017 ou 2018. Além disso, não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

No portal, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

*matéria produzida com informações do MEC

topo 

DIÁRIO DO AÇO - TEMPO REAL

Estudantes podem concorrer a prêmio de R\$ 5 mil, confira como participar
Atenção, o estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter realizado o Enem em 2017 ou 2018

Iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019? Se sim, esta é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Atenção, o estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter realizado o Enem em 2017 ou 2018. Além disso, não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

No portal, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

*matéria produzida com informações do MEC

topo ↕

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Prêmio Capes: estudantes podem concorrer a premiação de R\$ 5 mil

Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Para isso, o candidato precisa ter iniciado um curso de graduação no Brasil ainda este ano de 2019, e está é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Além de ter iniciado a graduação este ano, o estudante deve ser brasileiro, ter realizado o Enem em 2017 ou 2018, e não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

MEC planeja ampliar o projeto Educação Conectada; objetivo é atender mais de 24,5 mil escolas

Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

Para inscrição, no portal é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve também para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior. A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões.

*matéria produzida com informações do MEC

topo ↕

TRIANGULO NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Estudantes podem concorrer a prêmio de R\$ 5 mil, confira como participar **Premiação está sendo ofertada pela Capes**

Iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019? Se sim, esta é a sua chance de ganhar R\$ 5 mil. Com o objetivo de reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais, o Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. Interessados devem acessar o portal do Prêmio.

Atenção, o estudante deve ser brasileiro, ter iniciado a graduação em 2019 e precisa ter

realizado o Enem em 2017 ou 2018. Além disso, não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

No portal, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova.

A premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância. Uma prova de 80 questões de múltipla escolha será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

*matéria produzida com informações do MEC

Fonte: Bárbara Maria – Agência Educa Mais Brasil

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Aprovado ensino à distância para mulheres grávidas ou que amamentam

A Comissão de Educação (CE) aprovou nesta quarta-feira (6), de forma terminativa, o projeto de lei (PLS 429/2018) que assegura às mulheres grávidas e em fase de amamentação o direito de acompanhar o conteúdo do curso superior em que estejam matriculadas de forma remota. O relator do projeto, senador Irajá (PSD-TO), entende que a medida vai evitar que as gestantes precisem abandonar a faculdade. Agora, a proposta será analisada pela Câmara dos Deputados.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Universidades podem oferecer atividades a alunos do fundamental

Educação na Prática abre as portas das instituições de ensino superior aos estudantes da rede pública tanto a estrutura física quanto professores

Instituições de ensino superior poderão oferecer atividades para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. A iniciativa faz parte do programa Educação em Prática, lançado na quarta-feira (6) pelo MEC (Ministério da Educação). As universidades e faculdades que abrirem as portas para os estudantes poderão receber bônus na avaliação institucional.

“O objetivo é trazer o jovem para dentro da faculdade”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Aproveitar a capacidade ociosa [das faculdades] que se vê em alguns turnos e complementar a formação desse jovem do ensino médio e fundamental II [do 6º ao 9º ano do ensino fundamental].”

Pelo programa, as instituições de ensino superior disponibilizaram aos estudantes das redes de ensino públicas municipais e estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental

e do ensino médio, tanto a estrutura física — laboratórios de ciências, de robótica, sala de computadores, quadras de esportes, por exemplo —, quanto os professores. Estudantes de pedagogia e de licenciaturas dessas instituições poderão usar a oportunidade para estagiar.

“Temos várias escolas do país que não têm laboratório de qualidade, que não têm quadra de esportes”, diz o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo. “E não temos recursos em quantidade suficiente para fazê-lo”.

Novo ensino médio

A iniciativa pretende ajudar a viabilizar o novo ensino médio, aprovado em lei em 2017. No novo ensino médio, os estudantes de todo o país terão, em parte do currículo, uma formação semelhante, orientada pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular). No tempo restante, os estudantes poderão aprofundar os estudos em itinerários nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico.

Para colocar em prática as atividades, a lei prevê a ampliação do tempo integral, ou seja, da jornada escolar de 7 horas diárias. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), cerca de 6 milhões dos 7,7 milhões de estudantes do ensino médio no país ainda não são beneficiados pela extensão da jornada.

Avaliação

As universidades aparecem, então, como alternativa. Não há previsão de repasse de recursos públicos às instituições. A intenção é que a colaboração com as escolas conte pontos para as instituições privadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é formado pela avaliação da instituição de ensino, avaliação dos cursos e pela avaliação do desempenho dos estudantes. O Sinaes prevê ainda que a avaliação considere as contribuições das instituições de ensino superior à sociedade.

Segundo Macedo, a política não servirá para “inflar a nota das universidades. A nota só vai ser adicionada se ela estiver acima da nota mínima de qualidade. Se não tiver, não terá adicional”, afirmou. O secretário ressaltou que os critérios para definir a qualidade mínima ainda serão definidos.

Para o Educação em Prática começar a ser executado, os secretários de educação estaduais e municipais, que são os responsáveis pelas redes públicas de ensino, deverão elaborar uma matriz curricular que será executada pelas instituições de ensino superior. Também será definida uma avaliação para medir o impacto dessas atividades no aprendizado dos estudantes. O ministro Weintraub afirmou que pretende colocar o programa de pé já no próximo ano.

Além das instituições particulares, de acordo com o MEC, as instituições públicas também serão convidadas a participar do programa. Ao todo, 2.152 instituições privadas de ensino superior, 296 universidades públicas, 38 institutos federais e dois Centros de Educação Tecnológica poderão aderir ao programa.

Ensino integral

O MEC anunciou também que irá ampliar o ensino integral para mais 500 escolas em 2020. Para isso, está previsto um orçamento de R\$ 80 milhões. A expectativa é que 40 milhões de estudantes sejam beneficiados.

A pasta também destinará aproximadamente R\$ 1 bilhão, proveniente de acordo de empréstimo com o Banco Mundial, para a implementação do novo ensino médio. Foi autorizada a criação da Unidade de Gestão de Projetos, para apoiar os estados, que são os entes federados responsáveis pela implementação. Entre as medidas, está prevista assistência técnica aos estados e apoio a escolas localizadas em regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico.

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Dez políticas que aprofundaram crise no Brasil em 300 dias de governo Bolsonaro Ameaças à democracia, à soberania nacional, ao meio ambiente e aos direitos dos trabalhadores estão entre os destaques

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) chega aos 300 dias de gestão carregando nas costas projetos impopulares, promessas de crescimento não alcançadas, declarações polêmicas e graves acusações contra ele e seus filhos.

Durante cerimônia no Palácio do Planalto na última terça-feira (5), o tom do presidente desconsiderou o contexto no qual seu governo tem sido avaliado por especialistas nacionais e internacionais. Com a frase “300 dias recuperando a confiança” estampada no painel da sessão solene, Bolsonaro elogiou sua equipe de governo e destacou resultados de viagens recentes a países da Ásia.

“O mundo está de olho em nós, nós estamos recuperando a confiança, e isso é primordial. Como é duro você ser recebido em outros países com o manto da desconfiança. Isso acabou”, disse o presidente, após discurso do ministro-chefe da Casa Civil Onyx Lorenzoni (DEM).

Com uma fala ampla e generalista, Bolsonaro repudiou as denúncias e críticas veiculadas contra ele pela imprensa brasileira e agradeceu o apoio do Congresso Nacional.

Durante a solenidade também foram assinados sete atos presidenciais, entre eles a medida provisória que acaba com o monopólio da Casa da Moeda e o projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras. No mesmo dia, foi anunciado um "pacto federativo" que pode resultar na extinção de 1,2 mil municípios e em cortes de até 25% no salário de servidores.

O Brasil de Fato elencou 10 políticas e posicionamentos adotados por Bolsonaro durante os 300 dias de seu governo que, apesar dos discursos generalistas e elogiosos da gestão, escancaram um Brasil em crise e a retirada de direitos da população.

1. Reforma da Previdência

Não há dúvida de que a reforma da Previdência está entre os acontecimentos de maior destaque da conjuntura brasileira no último período. Principal proposta defendida por Paulo Guedes, ministro da Economia, as alterações no sistema previdenciário brasileiro foram aprovadas no dia 22 de outubro após um conturbado processo no Congresso Nacional.

Duramente criticada por economistas da área, movimento sociais e sindicais, a nova aposentadoria estabeleceu uma idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para

as mulheres com tempo mínimo de contribuição de 20 anos e 15 anos, respectivamente.

O valor será equivalente a 60% da média do valor de referência das contribuições. Para ter direito ao valor integral, a partir de agora, trabalhadores devem contribuir por 40 anos. Na prática, o trabalhador e a trabalhadora terão que trabalhar muito mais tempo, além do limite da idade mínima, para ter direito ao valor integral.

A reforma também acabou com a regra da aposentadoria por idade, que exigia 15 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para a mulher e 65 anos para os homens. De cada dez aposentadorias concedidas, sete eram por idade.

2. Política ambiental

As queimadas que se alastraram pela Amazônia entre agosto e setembro, estimuladas por pecuaristas e fazendeiros da região, aprofundaram a crise ambiental do país. A destruição da maior floresta tropical do mundo colocou em xeque a política ambiental de Bolsonaro e de Ricardo Salles, ministro do meio ambiente.

Ambos, diversas vezes, desqualificaram e ignoraram dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em relação ao desmatamento na região. Com a repercussão internacional do fogo, Bolsonaro minimizou os impactos da destruição – inclusive durante a assembleia geral das Nações Unidas – e atacou o auxílio oferecido por outros países.

Na opinião de especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato, devido à extensão das queimadas, os danos à fauna e flora locais são de imensa gravidade.

A postura do governo em relação ao combate à contaminação do oceano após vazamento de óleo cru no litoral nordestino desde o final de agosto também é amplamente criticada.

Além das incertezas em relação a não identificação do navio responsável pelo derramamento, a gestão de Bolsonaro não adotou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), segundo o Ministério Público Federal (MPF).

Criado por decreto presidencial em 2013, o Plano apresenta em detalhes os procedimentos a serem adotados em casos de acidentes como o que atinge as praias brasileiras. Em repúdio aos posicionamentos do governo, o MPF apresentou recurso ao Tribunal Federal da 5ª Região (TRF-5) para pressionar o governo Bolsonaro a adotar PNC.

Na primeira instância judicial, o pedido foi negado após a gestão alegar que já estaria cumprindo as medidas. Entretanto, no recurso, o órgão elencou dez pontos que comprovam que o governo estaria mentindo.

3. Precarização recorde

Segundo dados revelados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na última

quinta-feira (31), a informalidade cresce em ritmo acelerado no país.

A oferta de postos de trabalho informais disparou e bateu o recorde da série histórica, chegando a 41,4% da força de trabalho brasileira, o equivalente a 38 milhões de pessoas. Ou seja: 38 milhões de brasileiros não possuem seus direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação da Lei do Trabalho (CLT).

Ainda de acordo com o IBGE, o contingente de desempregados soma 12,5 milhões de pessoas. Ainda de acordo com os dados da Pnad, 4,7 milhões de brasileiros desistiram de procurar emprego.

4. Desaprovação popular e crise partidária

Apesar de ter afirmado durante a sessão solene de 300 dias de governo, que é bem recebido em todas as regiões do Brasil, pesquisas evidenciam que a aceitação ao governo Bolsonaro está em queda. Seu início de mandato tem o maior índice de reprovação desde o governo Sarney (1985-1990).

Pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada em setembro, mostra que a popularidade, a confiança da população e a aprovação popular ao governo de Jair Bolsonaro diminuíram. Atualmente, 55% dos brasileiros não confiam no presidente.

Todos os indicadores pesquisados ficaram ligeiramente abaixo dos registrados na pesquisa anterior, realizada em junho, quando já havia sido registrada queda ante a pesquisa feita em abril, a primeira do Ibope no governo Bolsonaro.

O levantamento mais recente mostra que a avaliação positiva (ótimo e bom) do governo era de 35% em abril, caiu para 32% em junho e em setembro estavam em 31%, a menor de sua gestão. A avaliação negativa (ruim e péssimo) subiu de 27% em abril para 32% em junho e, em setembro, chegou a 34%.

O presidente também entrou em guerra franca com seu partido e já anunciou a criação de uma nova sigla. Enquanto isso, ele e seus filhos seguem trocando insultos com Luciano Bivar, o presidente nacional do PSL, e outros importantes aliados membros do partido, como o deputado delegado Waldir, o senador Major Olimpo e a deputada Joice Hasselmann.

5. País do veneno

A população brasileira nunca consumiu tanto veneno como consome agora, sob o governo Bolsonaro. Apenas em dez meses, a gestão do político do PSL liberou 382 novos agrotóxicos. Os números representam um recorde histórico e confirma a avalanche de veneno sinalizada nos primeiros 200 dias de governo.

No período em questão, o Brasil liberou mais agrotóxicos que a União Europeia em oito anos. Foram 239 autorizações no Brasil contra 229 na UE, desde 2011, segundo Gerson Teixeira, ex-presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária (Abra).

O herbicida glifosato, conhecido comercialmente como RoundUp, tem ganhado cada

vez mais espaço em terras brasileiras e deixou de ser considerado "extremamente tóxico" sob a gestão Bolsonaro. A nova caracterização contraria consulta pública realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na qual a maioria dos brasileiros pediram a proibição do glifosato.

Enquanto isso, o agrotóxico enfrenta vetos em países europeus e mais de 18 mil ações nos tribunais nos Estados Unidos que relacionam o seu uso a doenças como o câncer.

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2017, 173 mil toneladas de glifosato foram vendidas no Brasil, número que deve aumentar com as flexibilizações do governo.

6. Cortes na educação e na pesquisa

Desde a primeira semana de governo, a área da educação foi um dos principais alvos de Bolsonaro e de sua equipe ministerial. Além da perseguição a uma suposta "ideologia de gênero", o anúncio do corte de 30% no orçamento das universidades e institutos federais foram estopim de atos massivos e da primeira greve geral contra o governo.

Em julho, o Ministério da Educação apresentou o programa Future-se, que prevê a criação de um fundo de cerca de R\$ 102 bilhões para atrair investimentos privados nas instituições de ensino superior. Novamente, atos em todo país repudiaram a proposta do Ministério da Educação (MEC).

Após meses de críticas dos setores da educação a ausência de um projeto que defenda a educação pública e de qualidade, em setembro, o ministro Abraham Weintraub anunciou a liberação total da verba contingenciada. Ao todo, R\$ 2,4 bilhões tinham sido bloqueados, ação que afetou diretamente o cotidiano e funcionamento das federais.

As agências responsáveis pelo financiamento de bolsas de pesquisa também estão sob ataque. De 2015 para 2019, o orçamento dos órgãos de fomento à pesquisa e produção tecnológica ligadas ao governo federal caiu de R\$ 13,97 bilhões para R\$ 6,08 bilhões, um recuo de 56,5%.

O governo ainda declarou estudar uma fusão entre **Capes** e o Cnpq, o que, na prática, poderia extinguir importantes instrumentos de desenvolvimento tecnológico e científico.

7. Ameaças à democracia

Recentemente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente, e líder do partido na Câmara, disse em entrevista à jornalista Leda Nagle, que o governo considera utilizar um "novo AI-5", como resposta ao que chama de radicalização da esquerda.

Publicado em 1968, o Ato Institucional 5 (AI-5) foi um dos 17 atos institucionais aplicados pela ditadura militar no Brasil. A norma resultou no fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas dos estados, permitiu a cassação de mais 170 mandatos legislativos, instituiu a censura prévia da imprensa e de produções artísticas e deu ao presidente a possibilidade de intervenção nos estados e municípios.

Com o AI-5 também tornaram-se ilegais as reuniões políticas não autorizadas pela polícia e toques de recolher tornaram-se frequentes.

Essa não foi a primeira declaração do clã Bolsonaro em flerte com o regime militar. Além das falas autoritárias, os ataques à imprensa também foram constantes nestes 300 dias de governo.

Um levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) aponta que o presidente ataca jornalistas por meio de discursos, postagens em redes sociais e entrevistas, ao menos duas vezes por semana.

Segundo o estudo, os casos levantados até 31 de outubro revelam 99 declarações ameaçadoras do chefe do Poder Executivo, sendo 11 delas contra jornalistas, e 88 ocorrências de descredibilização da mídia.

Ataques aos movimentos sindicais, populares, ativistas e políticos de esquerda também entram na lista de ofensas comuns cometidas por Bolsonaro e seus filhos.

8. Caso Marielle Franco

A Rede Globo dedicou mais de seis minutos do Jornal Nacional do dia 29 de outubro a uma matéria exclusiva sobre uma testemunha que citou o então deputado federal Jair Bolsonaro em ligação com dois dos principais suspeitos no caso.

A matéria mostrou o depoimento de um funcionário do condomínio fechado onde Bolsonaro tem uma casa, e onde morava antes de se mudar para Brasília, o mesmo onde vivia Ronnie Lessa, acusado de ser o autor dos disparos que mataram Marielle e Anderson em 14 de março de 2018.

No depoimento, o porteiro afirma que Élcio Vieira de Queiroz, acusado de dirigir o carro que perseguiu e encurralou as vítimas, foi autorizado a entrar no condomínio na tarde do assassinato depois de dizer ao porteiro que iria visitar a casa de Bolsonaro, no número 58.

O porteiro continua o depoimento, segundo o Jornal Nacional, contando que ligou para a casa, e uma voz identificada como sendo do “senhor Jair” autorizou a entrada de Élcio Queiroz no condomínio. Mas, acompanhando pelas câmeras de segurança, o funcionário viu que o homem foi para outra casa, no número 66, onde Ronnie Lessa morava.

A matéria afirma que, segundo fontes anônimas, os dois suspeitos depois saíram do condomínio juntos e trocaram de carro, dirigindo-se à região central do Rio onde Marielle e Anderson foram mortos. Lessa e Queiroz estão presos desde março deste ano, acusados de envolvimento no crime.

Em resposta, o presidente fez uma transmissão ao vivo raivosa logo em seguida, mesmo estando em viagem à Arábia Saudita, onde já eram 4 horas da manhã. Bolsonaro desferiu ataques exaltados contra a Globo, chamando a rede de “podre” e “canalha” e ameaçando dificultar a renovação da concessão do canal em 2022.

Na cerimônia de 300 dias do governo, Bolsonaro voltou a negar envolvimento com o caso. “Estaria contrariando meus princípios cristãos. No que aquela pessoa me atrapalhava? Zero”, disse em referência a Marielle Franco.

O mandatário voltou a atacar a imprensa: “Lamento uma grande imprensa no Brasil querer colocar no meu colo a execução de uma vereadora, porque um dos possíveis executores mora no meu condomínio. Não é uma imprensa que colabora com o Brasil”.

As implicações do presidente no caso provocaram manifestações de rua em diversas cidades do país.

9. Soberania em risco

A chegada de Paulo Guedes ao governo radicalizou a orientação econômica privatista da equipe de Michel Temer (MDB). Eletrobras, Petrobras, sistema educacional: todo patrimônio brasileiro parece caminhar para desnacionalização, privatização ou extinção.

Bolsonaro consolidou o realinhamento do Brasil com os interesses da política externa dos Estados Unidos. O mandatário busca proximidade com os EUA e com a imagem de Donald Trump.

Logo nos primeiros meses de governo, o mandatário assinou acordo para deixar de exigir visto de entrada para cidadãos estadunidenses no Brasil, sem contrapartida.

A entrega da Base de Alcântara, porém, é um dos maiores símbolos de submissão apontado por especialistas. O chamado Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado em março deste ano, estabelece regras que protegem a tecnologia estadunidense para lançamentos. O texto estabelece ainda normas para técnicos brasileiros em relação ao uso da base, restringindo a circulação nela.

A Base fica em uma região habitada por comunidades tradicionais, especialmente quilombolas. Já na década de 1980, quando era construída, parte dos moradores foi realocada para outros lugares. Mas, com a entrega aos EUA e a possibilidade de ampliação da área, os quilombolas remanescentes temem perder seu território.

A prontidão em atender os interesses do presidente estadunidense, no entanto, não impediu que Trump se recusasse a endossar a tentativa do Brasil de ingressar na Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).

Bolsonaro também patrocina iniciativas da direita em outros países da América Latina, como foi o caso do apoio ao presidente Mauricio Macri na eleição argentina, e da aliança com o deputado opositor Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente da Venezuela e já protagonizou uma tentativa de golpe contra o governo de Nicolás Maduro.

10. “Vexame internacional”

Desde antes da eleição que o tornaria presidente, a imagem de Bolsonaro já era associada a ameaças à democracia. Ele foi chamado por veículos internacionais de “populista de direita”, “fascista se apresentando como homem honesto”, “demagogo do

deserto", "militarista xenófobo" e "Trump tropical", entre outras alcunhas.

Após a eleição, Bolsonaro continuou protagonizando o noticiário internacional com vexames. Seu primeiro discurso internacional como presidente, na abertura do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, foi tachado de "desastre" pela imprensa internacional.

Mais recentemente – após desrespeitar publicamente a primeira-dama francesa Brigitte Macron e de chamar a Noruega para briga no caso do Fundo Amazônia –, o mandatário fez o discurso "mais desastroso" de um presidente brasileiro na história das Nações Unidas.

O Brasil de Bolsonaro, na ONU, não tem queimadas, desemprego nem violência. Ele proferiu frases como: “Somos um dos países que mais protege o meio ambiente” e "a Amazônia “não está sendo devastada, nem consumida pelo fogo, como diz mentirosamente a mídia”.

Edição: Rodrigo Chagas

topo ↕

EM TEMPO ONLINE - NOTÍCIAS

Fapeam : alunos com bolsa de doutorado podem concorrer a intercâmbio

Os interessados têm até o dia 2 de dezembro para fazer a inscrição

Manaus - Alunos que cursam doutorado e possuem bolsas concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** ou Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) podem realizar intercâmbio científico na Alemanha.

Os interessados têm até o dia 2 de dezembro para fazer a inscrição e participar do programa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), que concede auxílio para estadias de pesquisa para estudantes de doutorado com bolsa no Brasil.

O objetivo do programa é viabilizar a permanência de estudantes brasileiros de doutorado em universidades, institutos de pesquisa, laboratórios ou bibliotecas na Alemanha para pesquisas específicas, relevantes para o desenvolvimento da tese de doutorado, por dois a seis meses, sem interrupção da vigência da bolsa cedida pela Fapeam.

A estadia será para o período de 1º de maio de 2020 a 31 de janeiro de 2021. Dentre os benefícios do programa por parte do DAAD estão auxílio mensal de EUR 650,00, auxílio para passagem aérea de EUR 1.575,00 (depositado na Alemanha junto com a primeira mensalidade do auxílio), seguro-saúde por parte da Fapeam, e manutenção da bolsa nacional sem alteração do valor e do prazo de duração. Vale destacar que esses valores podem sofrer alterações.

Requisitos

Os candidatos devem contar com bolsa de doutorado da **Capes** e Fapeam, em modalidade que permita o afastamento para estudos no exterior por até seis meses sem interrupção de financiamento. O aluno deve estar com a matrícula regular no curso de doutorado em uma universidade brasileira. É necessário carta de recomendação do orientador brasileiro e aceite do orientador da instituição alemã.

Quem já recebeu auxílio ou uma bolsa de doutorado sanduíche do DAAD pode se candidatar novamente, desde que não seja no ano de vigência da primeira estadia. O doutorado não pode ter sido iniciado há mais de três anos, contando do momento da submissão da candidatura. No momento da inscrição, os candidatos não podem estar residindo há mais de 15 meses na Alemanha.

É necessário registrar-se no portal do DAAD online, escolher o programa 57378178 Co-financed Short Term Research Grant Brazil 2019 e fazer o upload dos documentos indicados. Após realizar o upload, é necessário enviar a versão impressa do formulário online e a carta de recomendação por correio para o Escritório Regional do DAAD no Rio de Janeiro.

*Com informações da assessoria

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFV abre inscrições para concurso público para professor

Prazo de inscrições vai até dia 14 de novembro. Saiba como se inscrever.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) abriu inscrições para concurso público para professores. Há vagas para os campi de Viçosa e Florestal.

Confira abaixo as vagas disponíveis:

Campus Viçosa

Departamento de Economia Rural (DER)

Uma vaga para o cargo de docente da Carreira do Magistério Superior, Professor Classe A, com denominação Adjunto A, para a área de Economia Agrícola e Ambiental, com a seguinte titulação: doutorado em alguma das seguintes áreas: Economia, Economia Aplicada, Economia Rural/Agrícola, Economia do Desenvolvimento ou Desenvolvimento Econômico. O edital está disponível e a inscrição deve ser feita pelo site até dia 3 de janeiro.

Departamento de Biologia Animal (DBA)

Uma vaga para o cargo de docente da Carreira do Magistério Superior, Professor Classe A, com denominação Adjunto A, para a área de Mastozoologia, com a seguinte titulação: graduação em Ciências Biológicas; doutorado em Zoologia/Biologia Animal ou em uma das áreas afins de avaliação "Biodiversidade", de acordo com a Tabela **CAPES**. As inscrições devem ser realizadas até 4 de dezembro e o edital está disponível no site.

Departamento de Informática (DPI)

Uma vaga para o cargo de docente da Carreira do Magistério Superior, Professor Classe A, com denominação Adjunto A, nível I, em regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva (DE), para a área de Visão Computacional, com a seguinte titulação: graduação em alguma das seguintes áreas: Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação ou Engenharia de Software. e doutorado em

Ciência da Computação ou áreas afins.

As inscrições devem ser realizadas até 2 de fevereiro de 2020 e o edital pode ser conferido na internet.

Departamento de Agronomia (DAA)

Uma vaga para o cargo de docente da Carreira do Magistério Superior, Professor Classe A, com denominação Adjunto A, para a área de Fisiologia pós-colheita de hortaliças, com a seguinte titulação: graduação em Agronomia e doutorado em Fitotecnia ou áreas afins. As inscrições devem ser realizadas até 4 de dezembro pelo site.

Campus Florestal

Uma vaga para professor substituto, para lecionar disciplinas da área de Eletrônica e Eletrotécnica, no Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas, do Campus UFV-Florestal, pelo período de seis meses. O candidato deve ser graduado em Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Controle e Automação ou Engenharia de Telecomunicações ou Especialização ou Mestrado ou Doutorado em áreas afins.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

O futuro da profissão de professor em debate no Brasil

Em um bate-papo pela internet, promovido pelo Todos Pela Educação, foram discutidas a formação e a valorização docente

A Jaqueline decidiu ser Professora quando estava ainda na escola. Ela passou em uma universidade pública, cursou todo o bacharelado e a licenciatura, fez estágios. Mas, quando pisou pela primeira vez em sala de aula como docente sentiu um choque: não estava preparada para aquele desafio. “O que eu não tive e que preciso, agora, estudar e entender para conseguir ensinar e não só apagar incêndios e sobreviver?”, ela se questionou à época.

Hoje Professora de História da rede pública de São Paulo, ela também faz parte da Rede Conectando Saberes (saiba mais sobre isso aqui). No último dia 30, ela participou do debate online O Futuro da Profissão Professor, organizado pelo Todos Pela Educação ao lado de Aleksandro Santos, doutor em Educação, Professor e coordenador do curso de Pedagogia da Feduc (Faculdade do Educador) e Olavo Nogueira Filho, diretor de Políticas Educacionais do Todos, responsável pela mediação da conversa.

Confira logo abaixo os destaques desse papo! E para acessar a íntegra da conversa clique aqui.

Formação para o que?

Olavo iniciou o debate com informações da pesquisa Profissão Docente, realizada pelo Todos Pela Educação em parceria com o Itaú Social no ano passado, em que apenas 29% dos Professores entrevistados concordaram que a formação inicial tenha preparado para a vivência da profissão. Ele também destacou as discussões recentes sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da formação docente, cujo propósito é ajudar a enfrentar uma série de desafios que hoje encontramos nos cursos que formam os Professores.

Sobre essa temática, Aleksandro foi categórico: “Nossos cursos se concentram no

conteúdo e se esquecem dos saberes pedagógicos e do conhecimento de quem são os alunos e como eles aprendem”. Para ele, o fato de o Brasil ter universalizado o acesso à Educação Básica nas últimas décadas é uma conquista muito relevante, porém, os cursos de Pedagogia e as Licenciaturas não estão preparando os docentes para o cotidiano escolar atual, que reflete no quadro de alunos a diversidade do País: diferentes estruturas familiares, situações econômicas e conhecimentos acumulados. A Professora Jaqueline foi enfática em dizer que a universidade está formando para a pesquisa e não para a sala de aula.

Já nasceu Professor?

Tanto Alessandro como Jaqueline rebateram o mito de que ser um bom Professor é um dom inato e destacaram a necessidade de desmistificar a profissão docente. Jaqueline contou quando descobriu o que poderia mudar a atitude de seus alunos: “Cada sala funcionava de um jeito. Percebi que eles se sentiam muito mais motivados quando eu fazia algum elogio ou compensava positivamente quem se comportava bem. Como mágica, a sala passou a me respeitar mais. Mas eu sabia que não era mágica, era técnica”. Alessandro também frisou a importância do preparo: “Os cinco primeiros anos são decisivos para caracterizar o Professor. Se ele passa esse tempo abandonado pelas políticas públicas, fica difícil mudar as práticas adotadas. Não podemos deixá-los à própria sorte no início de suas carreiras”.

Olavo reforçou que esse tipo de mentalidade, em que o ofício do docente é considerado trivial, é contraproducente para a profissionalização da área. “Para ser Professor é preciso de muito rigor, conhecimento, uma sólida estrutura de formação, boa carreira e condições de trabalho”, afirmou.

Valorização docente

A valorização da profissão também foi debatida. Olavo destacou que 49% dos Professores não recomendariam sua profissão a alunos do Ensino Médio, segundo a pesquisa Profissão Docente. Para Jaqueline, além da questão salarial, é importante que a sociedade valorize o trabalho do Professor. Alessandro aprofundou os efeitos de políticas que reconheçam o valor do docente: “não dá para assegurar a aprendizagem dos alunos sem garantir boas condições ao profissional”. Já Olavo evidenciou a necessidade de ouvir os docentes. “As discussões da valorização e das políticas para os Professores devem ser feitas por quem conhece os desafios do dia a dia de sala de aula”.

Ser Professor transforma vidas

Para exemplificar o tipo de relacionamento que Jaqueline tem com os seus estudantes, ela contou sobre três alunas suas que buscaram fazer cursos pré-vestibulares e decidiram ensinar seus colegas de escola o que elas estão aprendendo. “Sinto que se eu não estivesse com elas, talvez as coisas seriam diferentes, elas não saberiam que existisse tantas universidades públicas. E esse é o lugar onde elas devem estar, meninas da periferia, negras, fortes, que resistem à violência que quem está às margens da sociedade sofre. É isso o que me motiva todos os dias”.

Alessandro finalizou o debate demonstrando a importância da Educação e das instituições de ensino para cada criança brasileira: “a escola pública salva vidas. Ser

Professor dentro dessa instituição significa fazer um esforço brutal para corrigir um tanto das desigualdades sociais que o Brasil tem”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Secretaria de Cultura foi alocada no Ministério do Turismo após ser rejeitada por MEC e Casa Civil

Pasta é considerada um foco de constante polêmica e problemas do governo

BRASÍLIA - Antes de transferir a Secretaria Especial de Cultura e outros órgãos ligados à área para o Ministério do Turismo, o governo Jair Bolsonaro considerou fazer a mudança do setor para Ministério da Educação (MEC) e também para a Casa Civil. Mas integrantes das duas pastas rejeitaram a ideia, conforme relataram interlocutores do Planalto ao GLOBO. A Cultura é considerada, mesmo internamente, um foco de constante polêmica e problemas do governo.

O ministro Marcelo Alvaro Antônio, investigado no caso das supostas candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais, concordou em abarcar na sua pasta a Secretaria Especial de Cultura. Ao fazer a mudança, o presidente Jair Bolsonaro, que no início de seu governo extinguiu o Ministério da Cultura e impõe uma agenda conservadora, determinou que a área tenha autonomia.

O decreto da mudança na estrutura administrativa, que sacramentou a saída da Cultura do Ministério da Cidadania, foi publicado no Diário Oficial desta quinta-feira. Na pasta do ministro Osmar Terra, a mudança foi festejada. Oficialmente, o Palácio do Planalto ainda não comentou o motivo da mudança.

Em nota divulgada no final da manhã desta quinta-feira, o ministro Marcelo Álvaro Antônio afirmou que sob sua "total responsabilidade e controle" poderá impulsionar as ações de cultura e turismo, segmentos que, segundo ele, tem objetivos "sinérgicos e naturalmente integrados.

"Nosso trabalho tem resultado no fortalecimento da economia nacional, sobretudo com a geração de emprego e renda para os brasileiros. E é com esse mesmo sentimento que iremos administrar o segmento da cultura. Agora, sob nossa total responsabilidade e controle, poderemos impulsionar o acesso à cultura e ao turismo por meio de ações conjuntas, com ganho de eficiência - bandeira sempre defendida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro", escreveu.

Novo secretário

Apesar da mudança publicada no Diário Oficial da União, ainda é aguardado o nome do novo secretário especial de Cultura. O último, Ricardo Braga, deixou o posto ontem para ocupar um cargo de segundo escalão no Ministério da Educação.

O mais cotado para o posto é o ex-deputado evangélico Marcos Soares (DEM-RJ). Ele é filho do missionário R.R Soares, líder da Igreja Internacional da Graça, que na tarde desta quinta-feira será recebido por Bolsonaro em seu gabinete. Entre os assuntos, estará a possível nomeação de Marcos Soares para o cargo.

Outro nome ventilado para ocupar o cargo é o atual diretor de artes cênicas da Funarte, Roberto Alvim. Dramaturgo, ele chegou ao governo após relatar nas redes sociais ter sido perseguido após se converter ao cristianismo durante um processo de tratamento de

câncer e ter declarado apoio a Bolsonaro.

Nos últimos três meses, a secretaria de Cultura tem passado por sucessivas trocas no comando. Em agosto, o então secretário Henrique Pires foi demitido do cargo após polêmica envolvendo filmes com temática LGBT. Na ocasião, Pires afirmou que preferia sair a "bater palma para censura". O estopim para a saída de Pires teria sido o fato de discordar de um edital para a TV pública com tema dedicado a produções sobre diversidade de gênero.

Com demissão de Pires, o economista Ricardo Braga foi alçado ao cargo. O nome foi uma escolha do próprio presidente Jair Bolsonaro, sem passar pelo crivo do ministro da Cidadania, Osmar Terra. O nome favorito de Terra para o posto seria o de José Paulo Martins, que ficou interinamente no cargo após a saída de Henrique Pires.

O economista Ricardo Braga acabou saindo da pasta nesta semana e foi nomeado para comandar a Seres do MEC, que estava sem chefe desde que seu titular, Ataíde Alves, foi demitido pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, devido à morosidade na condução dos processos da secretaria.

Mudanças

Além da secretaria especial, passaram a integrar o Ministério do Turismo o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e a Comissão do Fundo Nacional de Cultura. Esses três órgãos colegiados são responsáveis pela formulação das políticas para a cultura e analisam quais propostas poderão receber recursos públicos e incentivos fiscais, como da Lei Rouanet.

O decreto determina ainda a transferência de seis secretarias vinculadas ao órgão para o Turismo, porém não cita quais são. Estão ligadas à pasta secretarias como a de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), responsável pela aplicação da Lei Rouanet; e a Secretaria do Audiovisual (SAv), responsável por editais de fomento ao audiovisual brasileiro.

O decreto tem outro hiato e não especifica se órgãos vinculados à secretaria como a Ancine, Funarte, Ibram, IPHAN, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e Casa Rui Barbosa, foram transferidos. Porém, a medida publicada no DO muda as atribuições desses órgãos, como proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e desenvolvimento do setor museal, para a pasta do Turismo.

"Recebemos a incorporação da Secretaria Especial da Cultura ao MTur com muita responsabilidade e compromisso. Projetos importantes para o Brasil já vinham sendo desenvolvidos em parceria pelas duas pastas, que possuem objetivos sinérgicos e naturalmente integrados, pois o Brasil é o 9º país do mundo em atrativos culturais para turistas.

O Ministério do Turismo vem alcançando nesses 10 meses de gestão importantes resultados. Entre vários outros, mais de 25 mil novos postos de trabalhos foram gerados no mês de julho. O crescimento de 3,2% das atividades turísticas no Brasil de janeiro a julho deste ano -- índice maior que a média alcançada por outros setores. E o aumento em 43,4% nos gastos de turistas estrangeiros no país após a isenção de vistos para países estratégicos, o melhor resultado dos últimos 16 anos.

Nosso trabalho tem resultado no fortalecimento da economia nacional, sobretudo com a geração de emprego e renda para os brasileiros. E é com esse mesmo sentimento que iremos administrar o segmento da cultura. Agora, sob nossa total responsabilidade e controle, poderemos impulsionar o acesso à cultura e ao turismo por meio de ações conjuntas, com ganho de eficiência -- bandeira sempre defendida pelo governo do presidente Jair Bolsonaro."

topo ↕

FOLHA DE CUXÁ - TEMPO REAL

UEMA abre inscrições para o programa Ciência é 10

A expectativa é que 450 professores do ensino fundamental da rede pública sejam beneficiados com a formação especial.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio do Núcleo de Tecnologias para Educação (UEMANet), está com as inscrições abertas para o programa Ciência é 10. A pós-graduação lato sensu é voltada para professores da rede pública que atuam no ensino de ciências do 6º ao 9º ano do Fundamental.

Iniciativa da **CAPES** e integrante do programa Ciência na Escola, do MEC, MCTIC e CNPq, o programa tem como objetivo trazer para a sala de aula e demais espaços de aprendizagem uma metodologia mais dinâmica, criativa e que desperte a curiosidade das crianças. Para tanto, o curso é organizado em torno de grandes temas integradores, ao invés de disciplinas convencionais, o que estimula que os próprios participantes saiam de sua zona de conforto.

Como uma das protagonistas quando o assunto é educação a distância, a UEMA é a instituição com maior número de vagas em todo o Brasil. Ao todo, a universidade oferece 450 vagas, distribuídas para professores dos municípios de São Luís, Bom Jesus das Selvas, Carolina, Caxias, Coelho Neto, Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú, Imperatriz, Loreto, Paraibano, Porto Franco, Santa Inês e Viana.

As inscrições se estendem até 08 de novembro e o edital completo pode ser conferido no link: <http://www.uanet.uema.br/?p=3335>.

Maiores informações pelo email contato@uanet.uema.br.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Faculdade privada que ceder espaço terá bônus

O Ministério da Educação (MEC) vai aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem espaços ociosos ao governo para estender a jornada de alunos do ensino básico, como parte do programa Educação em Prática. Trata-se de uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é uma justificativa para ampliar as matrículas no programa oficial de ensino integral.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, usar a participação das instituições de ensino para compor a nota já é permitido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). "Não é novidade, já tem instituições que fazem isso. O que nós queremos é estimular."

Essa avaliação do ensino superior privado é hoje a principal maneira de a sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado. Agora, haverá um bônus à instituição particular que permitir, por exemplo, que o governo use seu laboratório para receber alunos do ensino médio público. “Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar. Faculdade boa, bem avaliada, vai receber bonificação. Mas não vai servir de atalho para instituição ruim se beneficiar ou inflar nota”, defendeu o ministro Abraham Weintraub no anúncio da proposta, ontem, em Brasília.

O ministro e a equipe disseram que os critérios ainda não foram definidos. “Isso ainda vai ser construído”, disse Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC. Segundo Lopes, a adesão vai depender de fatores como localização da instituição de ensino e a atividade que desenvolve.

O projeto, que foi adiantado pela manhã pelo portal estadao.com.br, abre essa opção para atender à flexibilização do ensino médio, reforma da etapa que vem sendo implementada desde 2017. O novo formato prevê currículo flexível, com a possibilidade de que os jovens escolham áreas para aprofundamento de estudos ou formação profissional.

Também estão previstas parcerias para turmas dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). O objetivo é permitir que as faculdades privadas ofereçam seus espaços, como laboratórios, quadras esportivas, salas de computação, para os itinerários formativos dos estudantes.

Participantes

A adesão das instituições será voluntária e ainda dependerá da elaboração de um plano de trabalho entre representantes do setor privado, MEC e entidades que representam os secretários de Educação dos Estados (Consed) e municípios (Undime). Conforme o MEC, as instituições podem aproveitar a parceria para colocar alunos de Licenciatura e Pedagogia para desenvolver atividades com os estudantes, em um “estágio” supervisionado.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que o plano atende a sugestões de representantes do setor de ensino superior privado, que exercem forte influência sobre o ministro. Ao apresentar o programa, Weintraub disse que a ideia surgiu da “conversa com um amigo”.

A medida, de acordo com Macedo, é ampliar o número de escolas que oferecem período integral. Segundo ele, atualmente 23% das escolas de ensino médio são atendidas por programas de ampliação de jornada, com um custo anual de R\$ 2 mil por aluno. “Para atender a todos, precisaríamos de R\$ 12 bilhões. Nem mesmo em condições fiscais favoráveis seria possível”, ressaltou.

Diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólon Caldas avaliou como “muito positiva” a parceria entre universidades privadas e escolas públicas. “É muito importante essa integração, para a melhoria da qualidade da educação básica, além de criar oportunidades para o aluno ter experiências acadêmicas no ambiente universitário”, disse. “O bônus não faz muita diferença para as

instituições de ensino superior, mas há o caráter social e a inclusão desses alunos no ambiente universitário.”

Apesar de o ministro dizer que universidades federais “podem e devem” aderir ao programa, nenhum representante da Andifes (associação dos reitores das federais) compareceu.

topo ↕

UEMS - NOTÍCIAS

Acadêmica da UEMS/Naviraí é premiada em evento científico

A acadêmica de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Naviraí, Marciane da Silva Rosa, recebeu o prêmio de 2º melhor trabalho apresentado na Semana Acadêmica de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos (SAEQA). O evento foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os dias 13 a 19 de outubro, em Florianópolis.

“Desenvolvimento da farinha de resíduos da laranja pera (*Citrus sinensis*) e utilização na elaboração de cupcake sem lactose” é o título do trabalho premiado que contou com a colaboração dos acadêmicos da UEMS Pedro Paulo Alves dos Santos e Mariana de Melo Alves, com orientação do Prof. Dr. Adriano Heleno Akita e coorientação da Profa. Dra. Elisângela Serenato Madalozzo.

O trabalho foi aprovado em um processo de avaliação subdividido em 3 etapas. Além da premiação, Marciane também ganhou 2 livros da área de alimentos mais um curso online de comunicação e oratória. A estudante já foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Semana Acadêmica de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos: A SAEQA é um evento técnico-científico e social que ocorre todo ano desde 2001 no campus de Florianópolis da UFSC. A programação abrange minicursos, mesa redonda, palestras, oficinas e visitas técnicas durante uma semana em período integral. A organização do evento é feita pelos acadêmicos dos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Faculdade privada que ceder espaço terá bônus

O Ministério da Educação (MEC) vai aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem espaços ociosos ao governo para estender a jornada de alunos do ensino básico, como parte do programa Educação em Prática. Trata-se de uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é uma justificativa para ampliar as matrículas no programa oficial de ensino integral.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, usar a participação das instituições de ensino para compor a nota já é permitido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). "Não é novidade, já tem instituições que fazem isso. O que nós queremos é estimular."

Essa avaliação do ensino superior privado é hoje a principal maneira de a sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado. Agora, haverá um bônus à instituição particular que permitir, por

exemplo, que o governo use seu laboratório para receber alunos do ensino médio público. "Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar. Faculdade boa, bem avaliada, vai receber bonificação. Mas não vai servir de atalho para instituição ruim se beneficiar ou inflar nota", defendeu o ministro Abraham Weintraub no anúncio da proposta, ontem, em Brasília.

O ministro e a equipe disseram que os critérios ainda não foram definidos. "Isso ainda vai ser construído", disse Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC. Segundo Lopes, a adesão vai depender de fatores como localização da instituição de ensino e a atividade que desenvolve.

O projeto, que foi adiantado pela manhã pelo portal estadao.com.br, abre essa opção para atender à flexibilização do ensino médio, reforma da etapa que vem sendo implementada desde 2017. O novo formato prevê currículo flexível, com a possibilidade de que os jovens escolham áreas para aprofundamento de estudos ou formação profissional.

Também estão previstas parcerias para turmas dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). O objetivo é permitir que as faculdades privadas ofereçam seus espaços, como laboratórios, quadras esportivas, salas de computação, para os itinerários formativos dos estudantes.

Participantes

A adesão das instituições será voluntária e ainda dependerá da elaboração de um plano de trabalho entre representantes do setor privado, MEC e entidades que representam os secretários de Educação dos Estados (Consed) e municípios (Undime). Conforme o MEC, as instituições podem aproveitar a parceria para colocar alunos de Licenciatura e Pedagogia para desenvolver atividades com os estudantes, em um "estágio" supervisionado.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que o plano atende a sugestões de representantes do setor de ensino superior privado, que exercem forte influência sobre o ministro. Ao apresentar o programa, Weintraub disse que a ideia surgiu da "conversa com um amigo".

A medida, de acordo com Macedo, é ampliar o número de escolas que oferecem período integral. Segundo ele, atualmente 23% das escolas de ensino médio são atendidas por programas de ampliação de jornada, com um custo anual de R\$ 2 mil por aluno. "Para atender a todos, precisaríamos de R\$ 12 bilhões. Nem mesmo em condições fiscais favoráveis seria possível", ressaltou.

Diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas avaliou como "muito positiva" a parceria entre universidades privadas e escolas públicas. "É muito importante essa integração, para a melhoria da qualidade da educação básica, além de criar oportunidades para o aluno ter experiências acadêmicas no ambiente universitário", disse. "O bônus não faz muita diferença para as instituições de ensino superior, mas há o caráter social e a inclusão desses alunos no ambiente universitário."

Apesar de o ministro dizer que universidades federais "podem e devem" aderir ao programa, nenhum representante da Andifes (associação dos reitores das federais) compareceu. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC vai aumentar a nota de universidades privadas que cederem espaço ao governo

"Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar", disse o ministro Abraham Weintraub - Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Ministério da Educação (MEC) vai aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem espaços ociosos ao governo para estender a jornada de alunos do ensino básico, como parte do programa Educação em Prática. Trata-se de uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é uma justificativa para ampliar as matrículas no programa oficial de ensino integral.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, usar a participação das instituições de ensino para compor a nota já é permitido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). "Não é novidade, já tem instituições que fazem isso. O que nós queremos é estimular."

Essa avaliação do ensino superior privado é hoje a principal maneira de a sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado. Agora, haverá um bônus à instituição particular que permitir, por exemplo, que o governo use seu laboratório para receber alunos do ensino médio público. "Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar. Faculdade boa, bem avaliada, vai receber bonificação. Mas não vai servir de atalho para instituição ruim se beneficiar ou inflar nota", defendeu o ministro Abraham Weintraub no anúncio da proposta, ontem, em Brasília.

O ministro e a equipe disseram que os critérios ainda não foram definidos. "Isso ainda vai ser construído", disse Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC. Segundo Lopes, a adesão vai depender de fatores como localização da instituição de ensino e a atividade que desenvolve.

O projeto, que foi adiantado pela manhã pelo portal estadao.com.br, abre essa opção para atender à flexibilização do ensino médio, reforma da etapa que vem sendo implementada desde 2017. O novo formato prevê currículo flexível, com a possibilidade de que os jovens escolham áreas para aprofundamento de estudos ou formação profissional.

Também estão previstas parcerias para turmas dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). O objetivo é permitir que as faculdades privadas ofereçam seus espaços, como laboratórios, quadras esportivas, salas de computação, para os itinerários formativos dos estudantes.

Participantes

CLIPPING



A adesão das instituições será voluntária e ainda dependerá da elaboração de um plano de trabalho entre representantes do setor privado, MEC e entidades que representam os secretários de Educação dos Estados (Consed) e municípios (Undime). Conforme o MEC, as instituições podem aproveitar a parceria para colocar alunos de Licenciatura e Pedagogia para desenvolver atividades com os estudantes, em um "estágio" supervisionado.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que o plano atende a sugestões de representantes do setor de ensino superior privado, que exercem forte influência sobre o ministro. Ao apresentar o programa, Weintraub disse que a ideia surgiu da "conversa com um amigo".

A medida, de acordo com Macedo, é ampliar o número de escolas que oferecem período integral. Segundo ele, atualmente 23% das escolas de ensino médio são atendidas por programas de ampliação de jornada, com um custo anual de R\$ 2 mil por aluno. "Para atender a todos, precisaríamos de R\$ 12 bilhões. Nem mesmo em condições fiscais favoráveis seria possível", ressaltou.

Diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas avaliou como "muito positiva" a parceria entre universidades privadas e escolas públicas. "É muito importante essa integração, para a melhoria da qualidade da educação básica, além de criar oportunidades para o aluno ter experiências acadêmicas no ambiente universitário", disse. "O bônus não faz muita diferença para as instituições de ensino superior, mas há o caráter social e a inclusão desses alunos no ambiente universitário."

Apesar de o ministro dizer que universidades federais "podem e devem" aderir ao programa, nenhum representante da Andifes (associação dos reitores das federais) compareceu. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.